



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

GABRIELA VIANA DINIZ

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: experiências com plataformas digitais envolvendo o Centro Histórico de São Luís

UFMA

SETEMBRO/ 2022

GABRIELA VIANA DINIZ

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: experiências com
plataformas digitais envolvendo o Centro Histórico de São Luís**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de mestre.

**SÃO LUÍS
2022**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

DINIZ, Gabriela Viana,
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA :
experiências com plataformas digitais envolvendo o Centro Histórico de
São Luís / Gabriela Viana Diniz. - 2022.
85 f.

Orientador(a): Antonia da Silva Mota.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Rede -
Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do
Maranhão, São Luís, 2022.

1.Centro Histórico de São Luís. 2.Cultura visual, mídias e linguagens.
3.Educação Patrimonial. 4.Ensino de História. 5. Tecnologias Digitais. I.
da Silva Mota, Antonia. II. Título.

GABRIELA VIANA DINIZ

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: experiências com
plataformas digitais envolvendo o Centro Histórico de São Luís**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 23/09/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Antonia da Silva Mota (Orientadora)
PROFHISTÓRIA - UFMA

Prof.^a Dr.^a Heloisa Selma Fernandes Capel (Arguidora)
PROFHISTÓRIA - UFG

Prof.^a Dr.^a Júlia Constança Pereira Camelo (Arguidora)
PROFHISTÓRIA – UFMA

Prof.^a Dr.^a Marize Helena de Campos (Arguidora)
PROFHISTÓRIA – UFMA
(Suplente)

*A Pedro Ivo de Carvalho Viana
In memoriam.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pois me deu conforto e forças para suportar a perda de meu amado pai, vítima da Covid 19, que ocorreu quatro dias antes das aulas do mestrado iniciarem aqui em São Luís.

A Nossa Senhora, mãe de Jesus, onde por meio da oração do terço mariano, me acolheu e intercedeu por mim junto a seu filho, tornando meus dias mais repletos de fé e resiliência.

Ao meus amados pais (Concita e Pedro Ivo in memoriam) que cumpriram sua missão educadora e evangelizadora, com muito amor e dedicação. Serei eternamente grata a eles.

Ao meu marido Afonso Diniz, que esteve o tempo todo ao meu lado e não deixou que eu desistisse deste sonho antigo em ser Mestre, mas que esteve na iminência de não ser concretizado, tamanha eram a tristeza e a dor que se abateram sobre mim. Muito obrigada meu amor por tudo.

A minha filha Natália Diniz, que sempre me apoiou e deu forças para que continuasse minha jornada e, como também conquistou a aprovação no Mestrado, contribuiu bastante com seu conhecimento.

A toda minha família e amigos, pelo carinho e apoio nos tortuosos momentos que a vida pudera nos impor a superar.

A minha querida orientadora Antonia Mota, que com sua competência, experiência e serenidade contribuiu para que eu pudesse realizar esta pesquisa e escrever este trabalho que tanto me deixa orgulhosa e grata.

Aos meus professores do Mestrado Profhistória que me inspiraram e motivaram a ser pesquisadora acadêmica.

A colega de trabalho, historiadora e turismóloga Lia Braga, que apresentou o Prof. Deusdédit Filho, o qual concedeu informações relevantes que proporcionaram um maior aprofundamento de minha análise.

Ao Prof. Deusdédit Filho que me incentivou e apresentou o curso PATnet Educação Patrimonial online para o Centro Histórico de São Luís.

A colega de trabalho, historiadora e mestre Priscilla Neves que com sua experiência e competência acadêmicas deu contribuições relevantes para a conclusão desta pesquisa.

A Universidade Federal do Maranhão por ter proporcionado a realização de mais uma etapa para o meu aprimoramento acadêmico.

Meu muito obrigada a todos!

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate,
Que os fracos abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar.

Gonçalves Dias

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre Educação Patrimonial e Ensino de história por meio das tecnologias digitais tendo como objeto o Centro Histórico de São Luís/MA. Este trabalho é direcionado a professores que atuam no Ensino Médio da Educação Básica. Focalizamos três tecnologias digitais: o *Circuito de Visita Cultural* (SECMA/MA), o *Projeto Semente Digital* (LABCOM/UFMA) e o *Curso PATnet*: curso de Educação Patrimonial online sobre o Centro Histórico de São Luís (UEMANET). A metodologia empregada na pesquisa está baseada numa discussão bibliográfica apoiada nos conceitos de patrimônio, monumento, educação patrimonial, patrimonialização, ensino de história e tecnologias digitais aplicadas ao estudo de patrimônio. O método de trabalho também consiste em pesquisa qualitativa sobre as tecnologias digitais, enquanto ferramentas para trabalhar a Educação Patrimonial na Educação Básica. A História Oral também foi empregada, uma vez que foram realizadas entrevistas com os sujeitos envolvidos nas plataformas digitais analisadas. Com esta investigação, pretendemos socializar com professores da Educação Básica as experiências da docente/pesquisadora com a Educação Patrimonial no Centro Histórico de São Luís mediadas pelas tecnologias digitais, a fim de tornar mais lúdico e significativo o processo ensino/aprendizagem dos alunos envolvidos. O Produto consiste na produção de quatro *podcasts* com orientações para docentes de História e áreas afins sobre como trabalhar com a Educação Patrimonial no Centro Histórico de São Luís, por meio de tecnologias digitais em sala de aula e fora dela, a fim de promover um ensino de História mais comprometido com o local e a consciência histórica.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Educação Patrimonial; Cultura visual, mídias e linguagens; Centro Histórico de São Luís; Tecnologias Digitais.

ABSTRACT

This research is about Heritage Education and History Teaching through digital technologies, having as object the Historical Center of São Luís/MA. This work is directed to teachers who work in the High School of Basic Education. We focus on three digital technologies: the Cultural Visit Circuit (SECMA/MA), the Digital Seed Project (LABCOM/UFMA) and the PATnet Course: an online Heritage Education course about the Historic Center of São Luís (UEMANET). The methodology employed in the research is based on a bibliographic discussion supported by the concepts of heritage, monument, heritage education, patrimonialization, history teaching and digital technologies applied to the study of heritage. The work method also consists of qualitative research on digital technologies as tools to work on Heritage Education in Basic Education. Oral History was also employed, since interviews were conducted with the subjects involved in the digital platforms analyzed. With this research, we intend to socialize with Basic Education teachers the experiences of the teacher/researcher with the Heritage Education in the Historical Center of São Luís mediated by digital technologies, in order to make the teaching/learning process more playful and meaningful for the students involved. The product consists in the production of four podcasts with guidelines for History teachers and related areas on how to work with Heritage Education in the Historical Center of São Luís, using digital technologies in the classroom and outside it, in order to promote a History teaching that is more committed to the place and historical awareness.

KEY WORDS: History Teaching; Heritage Education; Visual Culture, Media and Languages; São Luís Historical Center; Digital Technologies.

LISTA DE SIGLAS

APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão

CINTRA – Centro Integrado Rio Anil

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural)

CPHNAMA – Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão

FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

GTPI – Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial

IEMA – Instituto Estadual de Ciência e Tecnologia

IESTI – Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas

IFMA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão

LABCOM – Laboratório de Convergência de Mídias

LACREPE – Laboratório de Conservação e Restauração de Papéis

MINC – Ministério da Cultura

PCH – Programa Cidades Históricas

PPRCH – Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís

PRODETUR – Programa de Ação de Desenvolvimento Turístico do Nordeste

SECMA – Secretaria de Cultura do Maranhão

SEPLAN – Secretaria de Planejamento

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TDR – Tecnologias Digitais em Rede

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UEMANET - Núcleo de Tecnologias para Educação

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Praça Nauro Machado	33
Figura 2 - Convento das Mercês	34
Figura 3 – Teatro Arthur Azevedo	35
Figura 4 – Logomarca do Projeto	48
Figura 5 – Plataforma digital	49
Figura 6 - Plataforma Digital	50
Figura 7 - Plataforma Digital	51
Figura 8 - Material de Divulgação da SNCT 2011	52
Figura 9 - Registro de visita de alunos	54
Figura 10 - Estudantes durante interação com <i>leap motion</i>	54
Figura 11 - Fotocomposição de imagens no Photosynth	55
Figura 12 - Rua do Centro histórico em 360º visualizada através de movimentos	56
Figura 13 - Bigode sobreposto com realidade aumentada	56
Figura 14 – Adolescente abraçando o globo dos 400 anos de São Luís	57
Figura 15 - Logomarca do PATnet	58
Figura 16 – Estrutura dos Módulos do Curso PatNET	60
Figura 17 – Capa do Livro Digital	61
Figura 18 – Foto do Arquivo Público do Estado do Maranhão	63
Figura 19 – Alunos no Setor de Códices ao lado do pesquisador	64
Figura 20 – Foto de alunos no Laboratório de Restauração	64
Figura 21 – Foto de alunos no Laboratório de Restauração	65
Figura 22 – Alunos do IEMA conhecendo o LACREPE	65
Figura 23 – Casa do Tambor de Crioula	66
Figura 24 – Foto na parte interna da Casa do Tambor de Crioula	67
Figura 25 – Réplicas do acervo da Casa do Tambor de Crioula produzidas pelos alunos	68
Figura 26 – Culminância do trabalho de Educação Patrimonial	69
Figura 27 – Culminância da Eletiva: Patrimônio Histórico Cultural da Ilha do Amor	69
Figura 28 - Convite Projeto	71
Figura 29 - Fotos do Projeto O Arquivo Público nas escolas de Ensino Médio	72
Figura 30 - Fotos do Projeto O Arquivo Público nas escolas de Ensino Médio	73

Figura 31 - Alunas da Eletiva apresentando a Cartilha Digital do Arquivo Público do Maranhão no evento **73**

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 - A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS	19
1.1 A noção de patrimônio ao longo do tempo e a ideia de monumento histórico	19
1.2 Reflexão sobre as políticas federais de preservação do patrimônio histórico no Brasil	22
1.3 São Luís: marcos históricos	28
1.4 São Luís no bojo das políticas preservacionistas do patrimônio edificado	30
CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: uma fronteira compartilhada para a aprendizagem histórica	38
2.1 Educação Patrimonial: a problemática de “origem”	38
2.2 Reflexões críticas sobre a Educação Patrimonial no Brasil.....	40
2.3 A relação entre Educação Patrimonial, Ensino de História e Consciência Histórica	43
CAPÍTULO 3 - AS EXPERIÊNCIAS COM PLATAFORMAS DIGITAIS ENVOLVENDO O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS	46
3.1 Educação patrimonial e as tecnologias digitais no Brasil	46
3.2 A plataforma digital Circuito de Visita Cultural.....	48
3.3 Projeto Semente Digital: relato de experiência de educação patrimonial mediado pela tecnologia	51
3.3.1 As tecnologias utilizadas	53
3.4 PatNET- Educação Patrimonial Online	57
3.5 Vivência docente na prática da Educação Patrimonial.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
BIBLIOGRAFIA	78

APÊNDICE – O PRODUTO FINAL: <i>Podcats</i> – Orientações para docentes sobre como trabalhar a Educação Patrimonial no estudo do Centro Histórico de São Luís por meio de plataformas digitais.....	82
---	-----------

INTRODUÇÃO

É lugar comum atribuir a primazia da proposta de uma metodologia para o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e à apropriação dos bens culturais que compõem o nosso “patrimônio” ao 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, realizado pela museóloga Maria de Lourdes Horta, no ano de 1985, no Museu Imperial, em Petrópolis, RJ. A partir dessa proposta inicial, inúmeras experiências e atividades vêm sendo realizadas em diferentes contextos e locais do país, as quais vieram demonstrar resultados surpreendentes na recuperação da memória coletiva, no resgate da autoestima de comunidades em processo de desestruturação, no desenvolvimento local e no encontro de soluções inovadoras de preservação do patrimônio cultural.

Contudo, de maneira geral, a educação patrimonial é um tema ausente ou pouco comum na agenda do ensino básico brasileiro. Isso também é resultado de uma conjuntura que impõe dificuldades ao que, em última instância, chamamos de “cultura brasileira”, incluindo nesse contexto a preservação de prédios e espaços históricos, objetos diversos, paisagens naturais e outros elementos. Não se trata apenas de legislação específica e verbas (ou da sua ausência!), mas da consciência histórica que permite valorizar/preservar a cultura material e a memória da nossa sociedade e de outras que nos precederam em nível local, regional ou nacional. Estudiosos de vários países e órgãos como a UNESCO já demonstraram com muita ênfase que a preservação do patrimônio cultural depende, principalmente, do conhecimento e de uma educação voltada à compreensão, participação e valorização da diversidade.

Sabemos da representação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) junto à tentativa de estabelecimento de parcerias com órgãos públicos e instituições de ensino, mas que, no quadro geral, não se concretizam de maneira sistemática. Diante dessas inquietações, é que nos propomos a “vasculhar” a rede das práticas existentes quanto à Educação Patrimonial na cidade de São Luís articuladas às tecnologias digitais que sejam facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem.

O interesse no estudo sobre Educação Patrimonial surgiu há quinze anos, quando de minha preparação para o concurso de professor do Ensino Médio do IFMA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão), cujo conteúdo programático por completo, pautava-se em assuntos ligados à temática Patrimônio

Histórico Cultural. E, nesse contexto, pude evidenciar o papel e a existência desta ferramenta de estudo, pouco conhecida e difundida nas instituições de ensino e em órgãos públicos de nossa cidade.

Como professora de História do Ensino Médio, despertei-me para um instrumento de ensino-aprendizagem até então, inusitado. E a partir daí a imersão nesse campo de atuação foi uma constante em nossa prática pedagógica, inicialmente marcada por visitas esporádicas a museus e exposições. Mas foi somente em 2015, quando do lançamento no site da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão (SECMA), da Plataforma Digital *Circuito de Visita Cultural*, que me deparei com uma gama de Casas de Cultura e Museus, com estrutura de agendamento e acolhimento para professores, alunos, visitantes e turismólogos que puderam, a partir de então, contar com um recurso que disponibiliza e facilita o acesso ao patrimônio histórico e cultural da cidade de São Luís.

A metodologia utilizada em nossa pesquisa se encontra baseada numa discussão bibliográfica apoiada nos conceitos de patrimônio, monumento, ensino de história, patrimonialização e tecnologias digitais aplicadas ao estudo do Patrimônio de São Luís. A respeito da pesquisa bibliográfica, Gil (2002) infere que é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 44).

Nosso método de trabalho se materializa numa pesquisa qualitativa sobre as tecnologias digitais envolvendo o Centro Histórico de São Luís como ferramentas para trabalhar a Educação Patrimonial na Educação Básica. Por esse método nos congregamos com o pensamento de Godoy (1995) para quem a pesquisa qualitativa considera que “os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, anotações de campo, fotografias, videoteipes, desenhos e vários tipos de documentos” (p.62).

Também fizemos uso da metodologia da História Oral por meio de entrevistas com os sujeitos envolvidos nas plataformas digitais analisadas, bem como com os alunos integrantes da disciplina eletiva que atualmente ministramos no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IEMA e que tem como foco a educação patrimonial. Nesse sentido, arvoramo-nos do pensamento de Thompson (2002), o qual entende a história oral como “a interpretação da história e das mutáveis

sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências” (p. 1).

E, por fim, nossa pesquisa será publicizada através da construção de *Podcasts* que poderão servir de orientação para a aplicação da Educação Patrimonial na Educação Básica. Entendo por *podcast* como sendo o que Campos *et al* (*apud* Foschini, 2018) reconhecem como um meio veloz de distribuir sons pela internet, que tem vários programas, ou episódios, como se fosse um seriado.

A estrutura do presente trabalho está organizada em três capítulos. No capítulo 1, intitulado *A patrimonialização do Centro Histórico de São Luís* são abordadas no primeiro momento a noção de patrimônio ao longo do tempo e a ideia de monumento histórico, referendadas nas ideias de Choay (2006), Correa (2001), Meneses (2006) e Fonseca (2005). Num segundo momento, conta com a reflexão sobre as políticas federais de preservação do patrimônio histórico no Brasil, na qual teremos como baliza Costa (2016), Freitas (2012), Malhano (2002), Fonseca (1997), Fonseca (2005), Vailati (2012), Correa (2003). Na sequência, são apontados os principais marcos históricos de São Luís que contribuíram para a formação do Centro Histórico da cidade. Para tanto, utilizamos as contribuições de Correa (2001), Martins (1999), Andrés (1998), Freitas (2006), Espírito Santo (2006). E finalizando esse capítulo, é analisado o processo de patrimonialização do Centro Histórico de São Luís. Para essa última parte, utilizamos como referências Leite Filho (1997), Lopes (2008), Andrés (1998), Freitas (2006), Silva (2016), Correa (2001), Aline e Érica (2019), Guedes (2001).

No segundo capítulo, *Educação patrimonial e ensino de história: uma fronteira compartilhada para a aprendizagem histórica*, iniciamos com uma reflexão sobre a problemática de “origem” da Educação Patrimonial, desconstruindo algumas concepções cristalizadas em torno da expressão/campo de atuação. Para tanto, fizemos uso das contribuições de Scifoni (2015), Oriá (2013), Horta; Grunberg; Monteiro (1999), Chagas (2006), Tolentino (2016), Florêncio et al (2014). Em seguida, realizamos discussão crítica sobre a Educação Patrimonial no Brasil, com base nos conhecimentos de Londres (2001), Freire (2001), Siviero (2015), Scifoni (2012). E como desfecho desse capítulo analisamos a relação entre Educação Patrimonial, Ensino de História e Consciência Histórica, com o objetivo de mostrar que a função do Ensino de História pode ser atrelada aos objetivos do patrimônio cultural,

projetando e se utilizando da memória para alcançar grande parte de seus objetivos. E que a educação patrimonial colabora para a constituição da cultura histórica. Nesse sentido, buscamos fundamentação nos trabalhos de Padovani Netto (2018), Rüsen (2001; 2016), Martins (2021), Barca (2007).

O terceiro capítulo constitui-se no relato das *Experiências com plataformas digitais envolvendo o Centro Histórico de São Luís*, o qual iniciamos com uma explanação abrangendo o desenvolvimento da educação patrimonial e as tecnologias digitais no Brasil. Assim, tivemos como referencial os aportes de Tardivo e Pratschke(2017), Marti e Santos (2019), Nunes e Oliveira (2016). Também descrevemos a Plataforma Digital Circuito de Visita Cultural, disponível no site da SECMA (Secretaria de Cultura do Maranhão), o Projeto Semente Digital realizado entre (2011 e 2017) pelo LABCOM/UFMA (Laboratório de convergência de mídias da Universidade Federal do Maranhão) e o PATnet Educação Patrimonial Online disponível no site da UEMANET (Universidade Estadual do Maranhão). Para essas discussões nos referendamos em SANTOS *et al* (2015), site (<https://eskadauema.com/mod/page/view.php?id=3007>), Lidiane Lima (Notícia/UEMA, 2.12.2021). Finalizamos esse capítulo relatando nossa vivência docente na prática da Educação Patrimonial, com registros das principais casas de cultura visitadas e atividades de culminância realizadas pelos alunos.

O produto final de nossa dissertação encontra-se no Apêndice e se constitui na produção de *Podcasts* e numa breve abordagem teórica sobre essa ferramenta de comunicação. Além de conter a descrição dos roteiros dos áudios produzidos. Para a elaboração desse capítulo, tomamos como base as contribuições de Costa (2021) e Lima, Campos, Brito (2020).

CAPÍTULO 1 - A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

1.1 A noção de patrimônio ao longo do tempo e a ideia de monumento histórico

A palavra patrimônio vem de *pater*, que significa pai. Tem origem no latim, uma língua hoje morta que deu origem à língua portuguesa. Patrimônio é o que o pai deixa para o seu filho. E que, de acordo com Choay (2006), esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo.

A ideia de patrimônio começou a adquirir o sentido de propriedade coletiva com a Revolução Francesa no século XVIII. Naquele momento, muitos revolucionários queriam destruir todas as obras de arte, castelos, prédios e objetos pertencentes à nobreza, assim como os templos que lembravam o poder do clero. Alguns intelectuais se manifestaram contra essa atitude, argumentando que, além do valor econômico e artístico, aqueles monumentos e objetos também contavam a história do povo da França, dos camponeses, dos comerciantes, dos pobres. Ou seja, o valor histórico daqueles bens ia além da história dos reis, do clero, dos nobres e de toda a corte francesa. Dessa forma, esses bens deveriam ser preservados no interesse de um conjunto maior de pessoas: para a população que compunha a nação francesa.

Conforme o antropólogo Alexandre Correa (2001), a República Francesa desencadeia então um processo de criação de novos símbolos nacionais: inventaram-se novas bandeiras, novo calendário, novos hinos, nova arquitetura, isto é, novos símbolos identitários nacionais. A noção de patrimônio histórico surge, portanto, vinculada à noção de cidadania.

A ideia de um patrimônio cultural que fosse reconhecido como de interesse da humanidade começou a ser pensada pouco depois da II Guerra Mundial (1939-1945), durante a qual vários monumentos preciosos, situados em quase todos os países envolvidos no conflito, foram destruídos, o que significou uma perda sem retorno para o conhecimento de culturas antigas e da história dessas nações.

Mas essa ideia só se tornou efetiva quando foi anunciado que seria construída, no sul do Egito, a grande barragem de Assuam, cujas águas, que tornariam férteis terras desérticas nas margens do rio Nilo, também inundariam belos e antiquíssimos

templos e túmulos de faraós. Como o governo egípcio não tinha condições de financiar, sozinho, a transposição desses bens históricos para outro local próximo, o então Ministro da Cultura da França, o escritor André Malraux, lançou um apelo para a comunidade internacional, dizendo que aqueles bens culturais não pertenciam apenas ao Egito, mas faziam parte da história e da cultura da humanidade, e que, portanto, era responsabilidade de todos os países contribuírem para sua salvaguarda. Esse apelo foi acolhido pela UNESCO, órgão da Organização das Nações Unidas, que coordenou os esforços para essa ação. A partir daí, foi elaborada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), e criada a Lista do Patrimônio Mundial.

Ocorre que com o passar dos anos foi se observando que a maioria dos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial conforme (IPHAN, 2012) era de bens considerados de valor excepcional selecionados conforme os critérios de valoração das culturas europeias, como palácios, igrejas, conjuntos urbanos, enfim, edificações feitas nos estilos documentados pelos historiadores das culturas do Ocidente. Ficavam de fora, assim, as manifestações indígenas das Américas, as tribos da África e da Oceania, por exemplo, consideravam sua maior riqueza, como rituais, narrativas sobre sua origem, lugares da natureza usados como templos, formas de fabricar objetos, entre outros.

Com relação à ideia de monumento, o historiador José Newton Meneses discorre que existem pelo menos, dois sentidos diferentes em nosso tempo. Em primeiro lugar, deriva do seu significado em latim: *monumentum*, palavra, por sua vez, derivada de *monere* (“lembrar”). Nesse sentido, monumento é aquilo que memoriza, traz à lembrança algo que se quer guardar, algo que é digno de memória e de comemorar (memorizar com; no coletivo). Ele é “edificação” que dá sentido a um processo educativo e revela as intenções da instituição educadora; apresenta informação essencial para que acontecimentos, ritos, crenças, saberes não sejam esquecidos. A sua maneira de apresentar a informação é caracterizada pelo valor afetivo, pelo discurso que comemora um fato importante a determinado grupo social ou comunidade. Dessa forma, o monumento cumpre a função de tornar viva a memória de algo importante e identitário socialmente. Tem necessariamente como mediadores a memória construída e a história.

O outro sentido que o monumento pode ter, também, e o tem cada vez mais, segundo Meneses (2006), é o de uma construção que não tem função memorial explícita, e sim a de exaltar a beleza ou a técnica de seu tempo presente. E nesse sentido, continua o autor, isso nos remete ao Renascimento, quando associa a ideia de beleza e criatividade engenhosa à celebração memorial. O movimento humanista, enquanto característica do Renascimento, passa a exaltar a criatividade do homem e sua capacidade divina de criar. E a partir disso, a memória terá novos mediadores não monumentais, como a imprensa, a fotografia e as “memórias eletrônicas”. Reforçando esse segundo sentido,

Livros, fotos e computadores, em tempos diversos, dão à memória novas formas de mediação, cada vez mais individualizadas e individualistas, diminuindo em número a manifestação monumental tradicional, embora não a tenham exterminado. (Meneses, 2006, p.36).

A ideia moderna de monumento histórico surge no momento pós-Revolução Francesa, e as teorias sobre tombamento, reutilização, criação de museus, realização de inventários e tudo mais que envolvesse essa noção, tomam força a partir do final do século XVIII. Mas é, sobretudo, o Romantismo que vai buscar nos monumentos do passado um instrumento de fácil percepção dos laços afetivos e das sensibilidades que o movimento artístico quer denotar, como exemplo, as marcas das construções humanas. De acordo com Meneses (2006),

A construção da ideia de monumento histórico é forjada nesse contexto: valorização de saberes e de fazeres humanos e, por outro lado, a marcante experiência da industrialização que marcava indelevelmente no homem uma sensação de mudança no tempo, de tempos modernos. Para o homem do século XIX, a mudança dos tempos deve ser respaldada na percepção de sua construção cronológica e na ideia de que é preciso lembrar o que foi para viver melhor o que virá. A dicotomia entre o antigo e o novo, entre o pitoresco e o moderno tem no monumento histórico seu mediador essencial. (p. 35)

Os olhares sobre as obras do passado – vistas como monumentos históricos – são, dessa forma, construídos a partir da influência marcante da Revolução Industrial. Na França, por exemplo, toma força uma ideia musealizadora das construções do passado: elas são o contraponto da modernidade industrial e devem ser guardadas e preservadas como documento de um tempo. Conforme afirma a socióloga Maria Cecília Fonseca (2005), a conservação dos monumentos na França assumiu um caráter eminentemente museológico: irremediavelmente ligados ao passado, esses bens não teriam mais lugar no fluxo da vida presente.

A construção e o sentido cultural que adquirem o passado e o monumento histórico vão marcar as concepções de patrimônio histórico no mundo ocidental, após

o término da Segunda Guerra Mundial. E o Brasil não ficará de fora dessa construção e viverá embates e concepções que, ainda hoje, evidenciam valores que atribuímos ao nosso passado.

No próximo tópico, abordaremos as políticas federais de preservação do patrimônio histórico no Brasil, que serão muito influenciadas pelo modelo de preservação francês.

1.2 Reflexão sobre as políticas federais de preservação do patrimônio histórico no Brasil

Diante da necessidade da discussão de questões voltadas à preservação do patrimônio frente ao processo de modernização das cidades – consequência da Revolução Industrial – profissionais e pesquisadores, atuantes na área da preservação patrimonial, organizaram encontros mundiais em diferentes épocas. Esses encontros deram origem às Cartas Patrimoniais, em 1931, que, segundo a mestre em Arquitetura e Urbanismo Andréa Katiane Costa (2016), constituem-se em documentos que permitem o acompanhamento da ampliação da ideia de preservação do patrimônio e dos variados temas que envolvem as práticas preservacionistas, bem como os seus reflexos na contemporaneidade. Uma espécie de normatização e uniformização das ideias acerca da preservação.

No Brasil, a temática do patrimônio – expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da Nação, e, mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico – começa a ser considerada politicamente relevante, envolvendo a participação do Estado, a partir da década de 1920. Nesse período, já se encontravam em funcionamento os grandes museus nacionais, mas ainda não se dispunha de meios para proteger os bens que não integravam essas coleções, sobretudo os bens imóveis.

O contexto histórico em que se forjou o sentido de patrimônio no Brasil nos remete à década de 1920, ao movimento modernista. O marco simbólico deste período é 1922, momento em que se verifica uma ruptura com as concepções tradicionais da Velha República e suas instituições, com a Semana de Arte Moderna.

Foi a partir da criação do Museu Histórico Nacional em 1922, com a finalidade de recolher, classificar e expor ao público os objetos de importância histórica, que se iniciou o rol de medidas protecionistas em nosso país.

No Brasil, a prática preservacionista nasceu na Era Vargas, na década de 1930, com a necessidade do estabelecimento de uma identidade nacional e do desejo de renovação das cidades, conforme as discussões originadas, no contexto mundial, na Carta de Atenas, de 1933. E nesse sentido, a participação do Estado na preservação patrimonial se dá a partir de 1936, conforme atesta Fonseca

A entrada do estado na questão se efetivou em 1936, quando o ministro Capanema se mobilizou para as iniciativas, já em curso desde os anos 20, visando à proteção dos monumentos e obras de arte nacionais. [...] Percebendo que o assunto requeria uma atuação abrangente, que compreendesse também as edificações e outras obras de arte, e alcançasse todo território nacional, o Ministro resolveu recorrer a Mário de Andrade, para que o intelectual [...] elaborasse um anteprojeto sobre o assunto. (2005, p. 96-97).

A historiadora Elaine Freitas (2006) acrescenta que a iniciativa para salvaguardar os monumentos históricos sob a égide efetiva do Estado coincidiu com um período de exacerbado nacionalismo, no qual intelectuais foram chamados a fazer parte do projeto nacional, tendo na figura de Mário de Andrade, sem dúvida, seu nome mais significativo.

Importante destacar a figura de Mário de Andrade que desde seu anteprojeto já enfatizava a importância do aspecto educativo do patrimônio cultural. Uma vez que, para ele, o conhecimento acerca dos bens patrimoniais deveria ir para além das pesquisas e inventários, sendo algo democratizado, a fim de atingir a população em geral, por meio de divulgação nas mais variadas formas, conforme Costa (2016).

Em 1937, foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, por meio do Decreto nº 25, de 30 de novembro, elaborado por Rodrigo Melo de Andrade, homem com larga experiência jurídica, com o objetivo de proteger e conservar a arquitetura de uma época por meio de tombamento. De acordo com Malhano, “[...] a criação do SPHAN, foi, sobretudo, um projeto de formação do Estado e de construção da nação estruturada sobre uma concepção de monumentalidade” (MALHANO, 2002, p. 17). Porém, as ações educativas idealizadas por Mário de Andrade foram relegadas a um papel secundário.

Desde o início dessa autarquia, as práticas preservacionistas foram marcadas por duas fases. A primeira, iniciada com Rodrigo de Melo Franco de Andrade (1937 – 1969), com a qual queria construir uma nova imagem para o Brasil, uma identidade

que seria criada a partir da valorização do passado, utilizando-se do argumento da “tradição e civilização” para a preservação do patrimônio cultural, reconhecendo apenas o patrimônio nacional de “pedra e cal” enquanto herança europeia. Como podemos observar, não foi levado em consideração o pluralismo da cultura brasileira. Privilegiando o patrimônio edificado dos séculos XVII e XVIII, expressou uma nítida marca classista, ostentando, na visão de Guedes, uma “ nítida inclinação para as vontades dos intelectuais que idealizaram” (GUEDES, 2001, p. 42).

Essa foi considerada a fase heroica do patrimônio no Brasil, pois, naquele momento, muito mais que um serviço público, o SPHAN representava um ideal, uma causa, ou seja, era preciso salvar o patrimônio construído, enquanto herança europeia da degradação, e, então, preservá-lo por meio dos muitos tombamentos (FONSECA, 1997).

Em síntese, a análise dos critérios de constituição do patrimônio pelo SPHAN na Fase Heróica é resumida por Fonseca da seguinte forma:

1. O principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formularem justificativas mais elaboradas.
2. prevaleceu nitidamente uma apreciação de caráter estético, baseada nos cânones da arquitetura modernista.
3. a consideração do valor histórico dos bens não era objeto de maior atenção, a não ser relativamente à autenticidade das fontes.
4. na verdade, a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens através de sua inscrição nos Livros do Tombo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições (2005, p 116).

A partir das considerações da autora supracitada, podemos fazer as seguintes deduções: em primeiro lugar, a legitimação das escolhas dos bens culturais refletiu critérios pessoais, sem um rigor sistemático para as inscrições, ficando quase que exclusivamente a cargo de seus dirigentes.

Em segundo lugar, a ênfase no caráter estético, como já referido, foi fruto da composição, sobretudo, de arquitetos daquele órgão em sua primeira fase, os quais definiram os ditames do belo, ou seja, os monumentos de “pedra e cal” exemplares do estilo barroco e neoclássico.

Em terceiro lugar, o valor histórico dos bens, valor de testemunho, foi relegado a segundo plano, fato talvez explicado pela ausência de historiadores, antropólogos, sociólogos, turismólogos, entre outros, no SPHAN. A seção de História foi entregue a

Carlos Drummond de Andrade, que não era especialista no assunto (FONSECA, 2005).

.Por último, de acordo com Freitas (2006), percebemos que embora o padrão preservacionista predominante na época fosse o francês (classificação e registro dos monumentos), o modelo que o Brasil adotou foi o português, pautado na inscrição dos bens nos Livros do Tombo Federais - o Tombamento, figura jurídica que foi instituída no Brasil a partir do Decreto-Lei nº 25/37 que atuou de forma pioneira na salvaguarda patrimonial na área preservacionista.

Em 1979, com o apoio do ministro Eduardo Portela e do general Golberi do Couto e Silva, Aloísio Magalhães foi nomeado diretor do Iphan, e ocorreu a fusão Iphan/PCH/CNRC. Reuniam-se assim, numa só instituição, os recursos e o *know-how* gerencial do PCH (Programa Cidades Históricas), o prestígio e a competência técnica do Iphan e a visão moderna e renovadora do CNRC (Centro Nacional de Referência Cultural, 1979-1982), que se utilizava do argumento da preservação do passado como fator de desenvolvimento do presente e futuro, dando ênfase à cultura popular. Esse período, conforme Freitas (2006), caracterizou-se pela segunda fase das políticas federais de preservação, a chamada Fase Moderna, momento em que as noções de patrimônio e de proteção foram ressemantizadas, voltando-se principalmente para os bens culturais até então excluídos por essa política. Sendo assim, constatamos que a preocupação do Estado se voltou para estimular a participação social ainda distante das políticas de preservação, devido à falta de esclarecimento sobre o assunto.

Nesse sentido, o historiador Luiz Lima Vailati (2012) acrescenta que o reconhecimento de que a estrutura e a experiência de trabalho do Sphan eram insuficientes mobilizou possibilidades de cooperação interna e externa. Sendo assim, percebemos que foi necessária a descentralização das políticas patrimoniais de compartilhar com estados e municípios bens de valor regional. Surgiu, então, a cooperação entre diversos setores do governo federal que permitiu a possibilidade de reconstrução de algumas cidades históricas. Porém, mesmo assim, alguns setores modernos, como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), reconheciam no Iphan algumas limitações conceituais, como a necessidade de identificação social mais abrangente do patrimônio, até então limitada dos pontos de vista étnico, histórico e social.

A ideia agora era conhecer melhor a cultura brasileira e contribuir politicamente para o seu desenvolvimento. Sob a direção do designer gráfico Aloísio Magalhaes, a partir de 1975, o centro deu primeiramente ênfase às experiências de referenciamento, ao mapear com base antropológica o artesanato brasileiro, aproximando-o sem preconceito dos consumidores e produtores, e compreendendo como um movimento participativo e dinâmico, nunca estático. Nesse sentido, Vailati (2012) infere que a ideia em pensar o Brasil como um país novo, rico e portador de uma cultura original teve grande adesão no processo de modernização desenvolvido durante a Ditadura Militar. Nesse contexto, o CNRC desenvolveu o conceito de bem cultural como alternativa mais abrangente à noção de patrimônio histórico e mostrou sua capacidade de gerar valor aos produtos culturais da nação, ao apresentar alternativas para o desenvolvimento econômico brasileiro. Foi assim que, em 1979, ainda conforme o autor, o CNRC se fundiu com o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de modo a operacionalizar melhor o primeiro, e a revigorar certas práticas culturais enrijecidas desse último. Como dito anteriormente, Aloísio Magalhães foi nomeado o presidente do então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com a clara percepção, conforme Fonseca (2005), de que “é através das coisas vivas que se deve verificar que as do passado não devem ser tombadas como mortas.”

Como podemos evidenciar, na segunda fase das políticas federais de preservação, houve, de fato, a partir da década de 1970, explicações valorativas para um novo entendimento da cultura popular, o que tornava possível certo reconhecimento histórico, artístico e turístico das representações vigentes das etnias indígenas e africanas.

Importa lembrar que as mudanças no cenário externo contribuíram para as políticas plurais de preservação patrimonial no Brasil. O processo de descolonização na África, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, o fim das experiências ditatoriais na América Latina e o apreço global por políticas democráticas e vinculadas à cidadania marcaram a tendência das diretrizes da maior parte dos países ocidentais. Isto posto, em que medida as estratégias adotadas efetivamente pelo IPHAN, a partir dos anos de 1970, levaram à democratização da política de preservação do patrimônio nacional? Para Fonseca (2005), o alcance dessa política no âmbito da preservação patrimonial, nos anos de 1970 e 1980, foi ainda bastante limitado, pois evitava

qualquer alusão à ideia de sincretismo em prol de uma reflexão dualista da cultura, mantendo uma relação de tensão no que se refere ao velho e ao novo; ao passado e ao futuro; aos pobres e aos ricos; aos bens vivos e aos bens mortos, etc.

Em 1998, o MINC - Ministério da Cultura – instituiu o GTPI – Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial – que surge com o objetivo de promover discussões acerca da possibilidade da proteção dos bens intangíveis, esses debates culminaram com o instituto do registro dos bens culturais de natureza imaterial. Em “O paradigma preservacionista na berlinda”, Corrêa (2003) questiona a eficácia desses instrumentos preservacionistas, se realmente são adequados para salvaguarda dos bens culturais dos grupos étnicos. Na opinião desse autor, “A reforma ou a re-fundação do pensamento preservacionista parece mais necessária do que a instituição de mais uma nomenclatura classificatória e burocrática”. (CORRÊA, 2003, p. 39).

Desta feita, conclui Freitas (2006), que além de uma constante atualização dessas políticas patrimoniais é preciso pensar o patrimônio não somente como obras identificadas com a cultura erudita e sob proteção especial tais como: os monumentos, sítios e obras de arte presentes no discurso da política preservacionista montada desde 1937, uma vez que estes compõem apenas parte da produção cultural brasileira.

Vale dizer ainda que ao se fazer alusão ao patrimônio imaterial, “não se está referindo propriamente a meras abstrações” (FONSECA, 2003), mas àquilo que é fugaz, dinâmico no tempo e no espaço e que tão pouco pode ser contido ou “tombado” de forma a impedir sua descaracterização, bens que representam manifestações culturais populares fundadas sobre a tradição oral e gestual, modificadas através de uma ação constante de recriação coletiva.

A opção pela modalidade do patrimônio material e a exclusão dos bens culturais intangíveis por décadas denota ainda uma tentativa de identificação da nação brasileira à cultura do colonizador europeu, preservando exemplares característicos da passagem deste pelo território nacional, aproximava-se assim, desse modelo de civilidade que se considerava o padrão a ser seguido.

1.3 São Luís: marcos históricos

O cenário histórico da cidade de São Luís do Maranhão foi bastante debatido por escritores de variadas tradições científicas e literárias. Sendo assim, pretendemos apenas descrever alguns marcos históricos importantes que podem ser destacados na das políticas patrimoniais locais.

Com esse objetivo, optamos por um aprofundamento histórico nas origens da cidade, reconstruindo em esboços mais gerais o processo de formação do sítio *histórico*, lembrando o traçado urbano original do principal centro regional maranhense.

Os portugueses chegaram em 1500 para dominar definitivamente as terras do Brasil, destinadas a eles pelo Tratado de Tordesilhas (1494), mas não conseguiram ocupar todas as regiões que haviam definido como território de seus domínios. Por esse motivo, o Rei resolveu dividir, em 1532, esta enorme área de terras entre homens ricos e nobres de Portugal para a conquista, sendo cada território chamado de Capitania Hereditária.

A Capitania do Maranhão, que abrangia a Ilha de São Luís, foi entregue ao nobre e rico português João de Barros, responsável pelos investimentos que garantissem a ocupação das terras, que ainda não conhecia.

Ocorreram várias tentativas por parte dos portugueses, tanto por terra quanto por mar, para tomar posse da Capitania, porém, foram malogradas. As primeiras por terra, por conta da resistência indígena, e as pelo mar, por conta de naufrágios de algumas naus.

Os franceses conseguiram chegar primeiro à Ilha de Upaon Açu, pois queriam também ocupar terras da América, das quais somente Portugal e a Espanha consideravam-se donos. E nesse desejo, como cita Corrêa (2001), em setembro de 1612, o capitão Daniel de La Touche e seu auxiliar François de Rasilly fundam uma fortificação, construída na extremidade noroeste da ilha. O nome São Luís foi dado em homenagem ao Rei Luís XIII e, enquanto novo território ocupado na América equatorial, a ilha passou a integrar o que ficou reconhecido posteriormente como França Equinocial. E, ainda segundo o autor, na verdade, a invasão francesa foi a segunda tentativa de iniciar uma colonização europeia no litoral norte do Brasil. Com a intenção de alastrar seus domínios pelo oceano Atlântico, os franceses lançaram as

primeiras e incipientes bases para a fundação de uma pequena fortaleza na ilha de Upaon-Açu – “Ilha Grande”, na língua Tupinambá.

A ocupação francesa se deu entre 1612 e 1615, sendo retomada pelos portugueses na chamada Batalha de Guaxenduba, ocasião na qual o português Jerônimo de Albuquerque, no comando da nova colônia, tornou-se o capitão-mor do Maranhão e recebeu a missão de ajudar na formação da cidade de São Luís. Uma das primeiras providências tomadas pelo novo governo, agora lusitano, foi, conforme Martins (1999), contratar:

o engenheiro militar Francisco Frias para planejar as ruas e praças que deveriam orientar o crescimento da cidade, semelhante aos desenhos que deram origem às cidades espanholas, com desenhos traçados em quadras regulares e duas grandes praças, de onde partiam as ruas, transformadas com o tempo e conhecidas na atualidade sob os nomes de Praça D. Pedro II e João Lisboa. (p. 25).

Como podemos perceber, o primeiro traçado urbano da cidade foi elaborado no começo do século XVII. A largura constante das ruas, a localização das praças, dos largos e das escadarias de ligação entre os vários níveis confere à São Luís o caráter de urbanidade de uma verdadeira capital.

Invadida mais uma vez, em 1641, agora por holandeses que permaneceram por três anos, a capital maranhense foi novamente retomada pelos portugueses, em 1644.

Com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, por meio da Companhia Geral de Comércio, iniciou-se uma época de grande desenvolvimento econômico para toda a região norte com o cultivo de alguns produtos, tais como: algodão, arroz, açúcar e outros produtos. Em fins do século XVIII e início do XIX, o algodão sofreu uma valorização em virtude da guerra entre a Inglaterra e as Treze Colônias. Estas colônias representavam, nesse contexto, os principais exportadores de algodão e, com a guerra, tiveram sua oferta gravemente afetada, ocasionando o crescimento pela demanda do produto na conjuntura internacional que passou a ser suprida por outros produtores, entre eles o Maranhão. Ao término da guerra, as colônias supracitadas retomarão sua posição de grande exportadora de algodão que foi novamente abalada com a Guerra de Secessão ocasionando uma nova valorização no cenário internacional da produção maranhense.

No século XIX, a cidade passou por melhorias na infraestrutura, sendo considerada, à época, a quarta mais rica do país, atrás apenas do Rio de Janeiro, Salvador e Recife (ANDRÈS, 1998, p.25). É nesse contexto que, de acordo com

Freitas (2006), a riqueza advinda da produção de algodão possibilitou um incremento da economia com o surgimento e reforma de inúmeras construções. Casas construídas de taipa e palha cederam lugar às tipologias arquitetônicas construídas com alvenaria de pedra argamassada com cal de sarnambi e óleo de peixe, madeira de lei, serralheria e cantarias de lioz vindas de Portugal.

Porém, após a estabilização das Treze Colônias, a exportação de algodão maranhense entra definitivamente em declínio, pondo fim ao período de euforia econômica do final da colônia.

Na segunda metade do século XIX, a conservação do patrimônio monumental de São Luís, único no seu gênero representando a maior extensão de arquitetura civil de origem europeia dos séculos XVIII e XIX, foi possível, paradoxalmente, devido ao processo de estagnação econômica sofrida pela cidade no final do século XIX e início do XX. Esse fato permitiu que a cidade ludovicence mantivesse seu acervo edificado de origem lusitana e não o substituisse pelas novas tendências ecléticas que despontavam nos centros urbanos nacionais, principalmente no Rio de Janeiro. (ESPÍRITO SANTO: 2006, p.70).

No próximo tópico, abordaremos como se deu o processo de patrimonialização do Centro Histórico de São Luís nas últimas décadas do século XX e suas implicações políticas.

1.4 São Luís no bojo das políticas preservacionistas do patrimônio edificado

Em São Luís, as discussões e ações em prol da preservação começaram por meio de intelectuais preocupados com a conservação do patrimônio cultural e arquitetônico. Entre eles, os irmãos Raimundo e Antônio Lopes, que se destacaram entre as décadas de 1910 e 1940, denunciando as depredações e descaracterizações sofridas pelo acervo edificado da cidade não só de São Luís (LEITE FILHO, 1997).

A atuação de intelectuais na defesa do casario colonial se destacou e foi importante na elaboração de leis que instrumentalizassem a preservação do patrimônio, assim como a criação de instituições preservacionistas:

Aos intelectuais locais e, particularmente, à atuação de Antonio Lopes da Cunha deve-se a fundação de instituições preservacionistas como o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925), a conservação da Igreja Matriz de Alcântara (1927), a discussão de instrumentos legais de preservação para

o município (1936), a articulação com o Museu Nacional e o SPHAN (década de 30), e orientações para os primeiros tombamentos federais na cidade (1940). Estes intelectuais também organizaram a primeira instituição local de defesa do patrimônio cultural, a Comissão de Patrimônio Artístico Tradicional de São Luís, e o Decreto nº 476 (1943), que proibia a demolição de sobrados e casa com mirante ou azulejos nas fachadas. (LOPES, 2008, p.45-46).

A partir desse processo o governo federal, tombou vários monumentos isoladamente, sendo os primeiros em 1940, a Capela de São José das Laranjeiras e o Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras (LOPES, 2008).

Embora Patrimônio Nacional desde 1974, a implementação de um programa de revitalização do Centro Histórico da capital maranhense, à luz das discussões sobre a problemática de preservação dos bens culturais, só se efetivou na gestão do governador João Castelo (1979-1982) que incluiu entre as prioridades do seu plano de governo questões referentes à preservação do Centro Histórico de São Luís, organizando uma equipe técnica, sob a coordenação da SEPLAN - Secretaria de Planejamento. A função da equipe técnica, conforme afirma Andrés era:

Sistematizar e elaborar as pesquisas, estudos, projetos, promover a divulgação dos trabalhos e a articulação junto à comunidade, aos diversos níveis do governo e segmentos organizados, preparar e acompanhar propostas de financiamento e captação de recursos financeiros e supervisionar a execução de obras para a revitalização e preservação do Centro Histórico de São Luís. (1998, p. 56).

Em 1979, conforme Freitas (2006), o poder público estadual organizou o I Encontro Nacional da Praia Grande, promovido pelo SEPLAN com apoio do IPHAN/MINC, tendo como papel norteador discutir e avaliar a proposta de revitalização do Centro Histórico elaborada pelo arquiteto John Gisiger entre 1977-1979.

A principal recomendação desse encontro foi a criação de um grupo de trabalho e de uma comissão de coordenação para desenvolver e implementar o PPRCH - Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, instituído a partir do Decreto nº 7.345 (16/11/1979), também conhecido como Projeto Praia Grande/Reviver.

Foi durante esse período que foi criado o escritório regional do IPHAN/MINC no estado, que teve como primeiro coordenador o intelectual Ivan Sarney.

Assim, as principais diretrizes e ações propostas para a área da cultura contida no plano de governo de João Castelo visavam ajustar as políticas de preservação aos moldes federais glorificando um passado através da proteção dos bens culturais de

“pedra e cal” e também dividendos oriundos da atividade turística. As diretrizes do seu Plano de Governo conforme Freitas visavam:

- Dinamizar o comércio varejista do bairro da Praia Grande;
- Promover o Turismo Cultural;
- Promover apresentações artísticas populares e teatrais;
- Adequar os serviços públicos de limpeza e iluminação e transporte;
- Incentivar a fixação na área de atividades culturais;
- Estabelecer um núcleo de atração aos frequentadores do bairro (2006, p.38).

A primeira etapa do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico – Projeto Praia Grande, que incluía doze subprogramas, foi implantada no período de 1980 e 1982 e caracterizou-se por intervenções fiscais no Centro Histórico. Em 1981, foi lançado no Palácio dos Leões, o Programa de Obras do Largo do Comércio com investimento de um milhão de dólares. Assim, foi empreendida a reforma e ampliação da Feira da Praia Grande ou Casa das Tulhas que apresenta detalhes coloniais, um só pavimento, quatro aberturas (portões) em arco pleno e guarnecido em pedra de cantaria.

O objetivo desse programa de obras e áreas adjacentes visava, conforme a Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Maranhão:

[...] a revitalização de um núcleo comercial, cultural e social na área de maior interesse histórico de São Luís e inclui os seguintes objetivos específicos: Propiciar a fixação da população de baixa renda residente na área; Promover o turismo cultural através do oferecimento de condições de hospedagem e alimentação adequadas e programação e facilidade de acesso; Dinamizar o comércio varejista, especialmente o de alimentos, produtos regionais e artesanato; Adequar os serviços públicos de limpeza, iluminação e transporte para permitir uma ocupação mais intensiva, tanto diurna quanto noturna e melhores condições ambientais; Incentivar a fixação na área de atividades culturais, habitacionais, varejistas e de lazer, promovidas quer pelo poder público quer pela iniciativa privada e estabelecer um núcleo de atração para estimular uma participação mais ampla da comunidade na revitalização e na preservação da área histórica. (MARANHÃO: 1981, p. 7).

O que observamos é que o foco da revitalização com intervenções, sobretudo de ordem física, visava à dinamização da atividade turística bem como uma ocupação mais efetiva daquela área histórica.

Em 1982, mais obras foram realizadas, restaurou-se a Casa do Albergue, a Praça da Praia Grande (também chamada “Praça Reviver”, “Largo do Comércio” “Praça João do Vale”, e, mais recentemente, “Praça Nauro Machado”) que foi urbanizada e transformada em espaço de lazer, assim como o Beco da Prensa.

Figura 1 – Praça Nauro Machado



Fonte: <https://www.vimareense.com.br/single-post/2016/06/08/vimareense-marcelino-azevedo-ser%C3%A1-homenageado-no-reviver-em-s%C3%A3o-lu%C3%ADs>

A segunda etapa dos trabalhos de revitalização do Centro Histórico (1983-1987), que transcorreram durante o mandato do governador Luís Alves Coelho Rocha, há praticamente uma interrupção das obras de revitalização que vinham sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado, alegando-se falta de recursos financeiros (ANDRÈS, 1998, p.86).

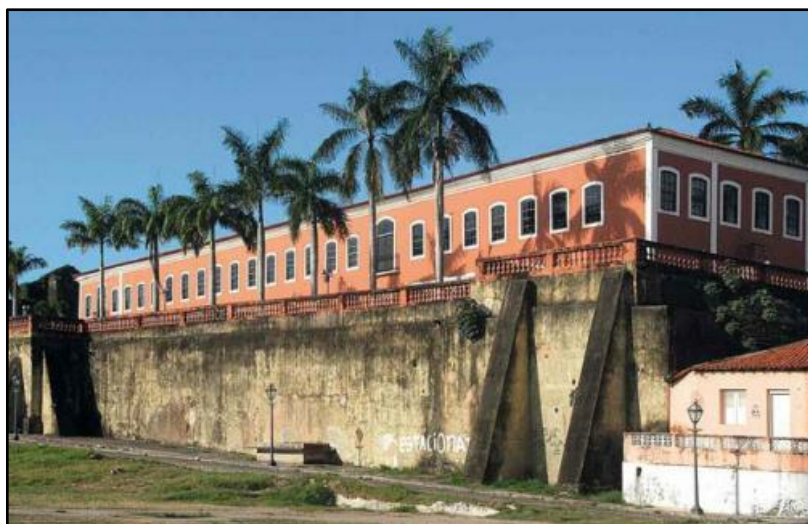
Em que pese as dificuldades oriundas devido à escassez de recursos, no decorrer desta segunda etapa o Governo do Estado do Maranhão, através do decreto estadual de nº 10.089 promulgado em seis de março de 1986, fez o tombamento de uma área com aproximadamente 160 hectares, que além de englobar o mesmo espaço já tombado pela União em 1974, acrescentava zonas que não eram tombadas em nível federal. Andrès destaca a criação da zona de tombamento estadual.

Coroando as medidas de caráter político e institucional, o Governo do Estado, na gestão de Luiz Rocha e por recomendação do Conselho Estadual de Cultura, criou, através do Decreto nº 10.089, (06/03/1986), a Zona Tombada Estadual, estabelecendo medidas de proteção para uma área urbana de cerca de 160ha, englobando cerca de 2.500 imóveis, zona esta de entorno e lindeira à zona tombada federal, assegurando-se assim maiores condições de intervenção ordenada e proteção aos bens culturais inseridos tanto no perímetro estadual, quanto no perímetro de tombamento federal. (ANDRÈS, 1998, p.65).

A fase é marcada pelo retorno dos investimentos em obras no bairro da Praia Grande e adjacências, beneficiando 10,7 km² de área urbana com as seguintes intervenções: recuperação integral da infraestrutura urbana; construção das novas

redes subterrâneas de energia elétrica e telefonia; construção de praças, jardins e alargamento das calçadas de cantaria; restauração dos becos e escadarias e pavimentação das ruas com paralelepípedos; criação de vias exclusivas de pedestres e estacionamento periféricos; restauração do Convento das Mercês, da Fábrica de Cânhamo, e do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho. Desta forma, conclui Silva (2016), as obras empreendidas aos poucos foram modificando o cenário urbano da Praia Grande tornando um lugar pouco agradável em um espaço de lazer e entretenimento.

Figura 2 – Convento das Mercês



Fonte: São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara – Guia de Arquitetura e Paisagem

A terceira etapa de intervenções no Centro Histórico se inicia em 1987, no período em que o maranhense José Sarney ocupava a Presidência da República. Nesta fase houve a retomada do aporte de novos recursos financeiros no intuito de se restaurar a Praia Grande em sua totalidade. O Projeto Praia Grande após ser revisado, recebeu em 1989 uma nova nomenclatura passando a ser chamado Projeto Reviver.

De acordo com Corrêa (2001), foi no Governo de Eptácio Cafeteira, no período de 1987 a 1990, que 70% do trabalho na área histórica saiu do papel. Foram gastos milhões de dólares em ações que foram questionadas até recentemente em sua lisura, como, por exemplo, o aterro do rio Bacanga. E completa o referido autor, que, contudo, salvaram-se prédios e praças que estavam num verdadeiro estado de abandono.

O que podemos observar nessa fase é que as reformas implementadas nos governos Cafeteira-Sarney, em sua base se orientaram para uma política de

transformação dos prédios em sedes de secretarias de Estado – que em grande parte desses edifícios hoje são utilizados por órgãos estaduais e municipais. Como podemos constatar, o conceito de *Reviver* aparece aí descaracterizado, pois nas palavras de Corrêa (2001),

Reviver, levado a extremos, seria um projeto de proporções monumentais de reestruturação museológica dos modos de vida da burguesia comercial maranhense dos séculos XVII e XVIII. No Projeto Reviver trabalha-se com um conceito bastante amplo, o que causa alguns mal-entendidos. O que é “reviver a história”, “reviver o passado”? O passado de quem, de que classe social, de que grupos de interesses? (CORREA, p. 137)

A quarta fase do programa se deu no governo de Edson Lobão (1990-1994), caracterizando-se por obras pontuais principalmente em localidades isoladas da área do Centro Histórico. No que se refere ao subprojeto do Programa de Habitação apenas o prédio de nº 49 localizado na Rua João Vital foi recuperado e transformado em apartamentos para dez famílias que residiam em cortiços, Freitas (2006).

Destaque para o Projeto Piloto de Habitação, que conforme Silva (2016), tinha por meta manter e atrair a fixação de pessoas como residentes no Centro Histórico. Nessa etapa realizaram-se as seguintes intervenções: restauração do Teatro Artur Azevedo; recuperação e adaptação da Fábrica do Rio Anil onde se passou a instalar o Centro Integrado do Rio Anil – CINTRA (atualmente IEMA - U P Rio Anil) e o Projeto Piloto de Habitação.

Figura 3 – Teatro Arthur Azevedo



Fonte: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/03/17/teatro-arthur-azevedo>

Na quinta fase do Programa Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), que compreendeu os anos de 1995/1999, foram retomadas as ações voltadas para a habitação, sendo então lançado o Projeto de Habitação no Centro Histórico de São Luís para Funcionários Públicos. Também promovido pelo governo estadual, se constituiu numa proposta diferenciada do Projeto Piloto de Habitação, no que diz respeito, principalmente, ao público alvo. Os prédios restaurados foram destinados à moradia de funcionários públicos do governo do Estado do Maranhão, objetivando conforme Aline e Érica (2019 apud GONÇALVES, 2006 p.54)

- a) Ampliação do uso residencial, humanizando o espaço urbano e intensificando o vínculo e o compromisso do cidadão com a área;
- b) Geração de diversidade motivando o surgimento de novos comércios, restaurantes, bares, hotéis, hospedarias, livrarias, escolas;
- c) Intensificação do aproveitamento econômico dos investimentos em infraestrutura urbana;
- d) Proporcionar aos servidores estaduais a oportunidade de moradia próxima ao local de trabalho;
- e) Incentivar investimentos privados assegurando melhor aproveitamento a imóveis particulares.

É importante salientar que essa fase foi marcada pela gestão da governadora Roseana Sarney, período em que surge o PRODETUR – Programa de Ação de Desenvolvimento Turístico do Nordeste que se direcionava para o investimento de recursos na região e realizou-se ainda uma série de investimentos nos bairros da Madre Deus e do Desterro, além da campanha de inclusão de São Luís no selecionado grupo de cidades Patrimônio da Humanidade, que foi concretizada em 1997. Sobre este último, o jornal O Estado do Maranhão noticiou:

São Luís Patrimônio da Humanidade. O mundo finalmente reconheceu a importância histórica da cidade e rendeu-se à sua beleza arquitetônica e passa a reverenciar sua cultura. (O Estado do Maranhão, 13.12.1997, p.2).

O que significa, na prática, do ponto de vista do mérito, ser Patrimônio da Humanidade? Significa que São Luís, especialmente na área do Projeto Praia Grande, sobre a qual incidiu a decisão da Unesco, possui elementos culturais que são referências exemplares da história da civilização humana, da trajetória do homem sobre a Terra, como fontes essenciais para a compreensão evolutiva da sociedade contemporânea. (O Estado do Maranhão, 7.12.1997, p.8).

Uma reflexão que podemos realizar sobre o processo de patrimonialização de Centro Histórico de São Luís é que quem comandou os direcionamentos para

obtenção do título de Patrimônio da Humanidade foi o Governo do Estado, que por conseguinte, segundo Guedes (2001), acaba recebendo os créditos por tudo o que foi feito no Centro Histórico com recursos externos. Além, é claro, evidencia-se a parca participação popular nesse processo, que nos leva a constatar o nítido desconhecimento da importância da preservação do patrimônio por parte desta.

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: uma fronteira compartilhada para a aprendizagem histórica

2.1 Educação Patrimonial: a problemática de “origem”

É necessário reconhecer que a Educação Patrimonial é ainda hoje, no Brasil, um campo de atuação “em construção”, não consolidado, amplo, diverso e contraditório, não fundamentado suficientemente, multidisciplinar e interdisciplinar por natureza.

O termo educação patrimonial foi introduzido no Brasil em 1983 no âmbito do Museu Nacional pela então diretora Maria de Lourdes Horta. A origem dessa expressão é inglesa (*Heritage Education*) e segundo Oriá (2013), envolve um trabalho de alfabetização cultural, “ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia”. No Iphan, o conceito de educação patrimonial foi registrado primeiramente no Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

A sua problemática “de origem” está ligada à maneira como a expressão se consolidou no país. O problema segundo a geógrafa Simone Scifoni (2015) é que o Guia atrelou uma determinada experiência de ação à própria definição deste campo de atuação. Sendo assim, foi difundido pelo país e o uso desse termo se multiplicou e, tem provocado mal-estar constante entre os profissionais da área. Afinal, continua Scifoni, a Educação Patrimonial não é uma metodologia, nem é expressão de uma determinada metodologia, tal como consta no Guia.

Tal problemática não se resume à questão da expressão, ela diz respeito também a todos aqueles materiais produzidos e reproduzidos nesta área de Educação Patrimonial com semelhante sentido, a exemplo de manuais ou cartilhas, ou seja, é a sua pretensão em conduzir, dar a direção, ensinar um caminho. A problemática diz respeito, à concepção educacional.

Ainda no tocante a essa discussão, ao nos depararmos com referências teóricas mais críticas em relação a historicidade do termo, encontramos nas palavras do museólogo Mário Chagas (2006), um alerta para a tentativa de se estabelecer um marco zero para a educação patrimonial, sendo 1983 o ano e Petrópolis, no Rio de Janeiro, o local. Na realidade, quando faz isso, está se referindo à realização do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, promovido pelo

Museu Imperial, a partir do qual se introduziu a expressão educação patrimonial no Brasil, inspirada numa metodologia britânica de *heritage education*. O referido autor esclarece que a relação entre educação e patrimônio está presente nos museus desde longa data, vindo desde práticas museológicas do século XIX e do serviço educativo do Museu Nacional, instituído formalmente em 1926, por exemplo.

Cabe citar, ainda, que ao longo dos anos 1980, portanto, em paralelo à disseminação do termo “educação patrimonial” a partir do seminário de Petrópolis, acontecia em várias partes do país o Projeto Interação, que conforme o mestre em Sociologia Átila Tolentino (2016), não foi dada a visibilidade e a atenção devida, apesar do pioneirismo de suas concepções e práticas. Só recentemente, com a publicação *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos* (Florêncio et al, 2014), o Iphan retoma o processo histórico de criação e concepção desse projeto, difundindo-o amplamente como uma referência de atuação que alia a educação a práticas preservacionistas e à valorização da diversidade cultural. Derivado de experiências desenvolvidas no âmbito do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC, buscava discutir as relações entre a educação e a cultura, comumente tratadas de forma isolada, e, concebendo a cultura no seu sentido antropológico, dava-se ênfase aos saberes e fazeres recriados e integrados aos conteúdos escolares. Nesse sentido, o projeto Interação teve atuação em favelas da cidade de Salvador; em aldeias de nações indígenas do Acre e regiões fronteiriças; nos seringais de Xapuri, também no Acre; em áreas de colonização em Guarantã do Norte, em Mato Grosso; entre outras experiências (BRANDÃO, 1996).

Por outro lado, ao longo do tempo, as ações foram ultrapassando os muros dos museus, expandiram-se e multiplicaram-se em projetos nos órgãos de proteção da memória, cultura e patrimônio, nas instituições de ensino e organizações civis, generalizando e consagrando a Educação Patrimonial, de forma que fica cada vez mais difícil recusar ou negar tal expressão como designadora de uma área de atuação.

Faz-se necessário, assim, superar esta problemática inicial, buscando nas iniciativas de ações e nos projetos educativos que estão ocorrendo pelo país, os novos desafios e as questões norteadoras para repensar a Educação Patrimonial.

2.2 Reflexões críticas sobre a Educação Patrimonial no Brasil

Uma primeira reflexão sobre a Educação Patrimonial no Brasil está relacionada à constituição de um arcabouço conceitual fundamentador de um campo de reflexão. A questão não se dá em relação à existência de diferentes posições teóricas, mas a ausência de um único lugar de discussão no qual estas diferenças sejam contrastadas e discutidas. Questionamento feito por Scifoni (2015): como avançar no pensamento se este se encontra fragmentado, sob várias denominações: educação patrimonial, ação educativa em museus, ação museal, educação para o patrimônio entre outras mais?

Seguindo o pensamento crítico, é observada a permanência de “concepções fora do tempo”, ou seja, expressões feitas no passado, que faziam sentido no contexto da época, mas que atualmente, são repetidas à exaustão de forma acrítica e pouco reflexiva, como se fossem verdades absolutas. Uma dessas concepções é “Conhecer para preservar”, que se enquadra neste jargão de ideias do passado, e que além de despolitizar o debate em educação patrimonial, impedem avanços na área.

Concebida nos anos 1930, no momento de constituição oficial do IPHAN, a afirmação de que a preservação do patrimônio passava, necessariamente, pelo seu conhecimento estava ligada, essencialmente, a nova legislação que estava sendo criada no país: a ideia de uma herança da nação brasileira (herança coletiva), objeto de proteção do Estado que não resultaria em desapropriação e, para a qual, adotava-se um novo instrumento, o tombamento. Essa experiência – a preservação do patrimônio – era nova no Brasil, e desta forma, era preciso esclarecer a população sobre a sua importância frente às condições daquele momento de expansão urbana-industrial, modernização e implantação de novas infraestruturas e, com isso, destruição do patrimônio. Acreditou-se, naquele momento, que era o desconhecimento deste ideal da preservação do patrimônio no Brasil e da existência de uma legislação protetora que levavam a demolições e desaparecimento de estruturas arquitetônicas como referenciais do passado.

Ao vislumbrar a realidade atual, constatamos que essa visão se apresenta como inocente e despolitizadora do debate em educação patrimonial, visto que parte do pressuposto da ignorância da população em relação ao seu patrimônio e, mais ainda, atribui a este sujeito indefinido – população – a fonte de todos os problemas do

patrimônio. Despolitiza, assim, o debate, uma vez que culpabiliza um ser genérico, deixando de explicitar o que está por trás das dificuldades da preservação. Atitudes como a de proprietários particulares, que abandonam seus imóveis nos centros históricos, sem qualquer medida de conservação e que o fazem de forma intencional, para causar a deterioração física, será que são fruto da falta de conhecimento do valor dessas edificações ou são resultado do interesse pelo lucro com a demolição e venda do terreno? Questão para se refletir.

A partir da célebre e difundida frase de Aloísio Magalhães: “A comunidade é a melhor guardiã do patrimônio. [...] Só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece.” (MAGALHÃES, 1997, p.190), propagou-se a máxima de que é preciso conhecer para preservar. É certo que isso é uma condição, mas conhecer, por si só, não é suficiente para garantir a preservação dos bens culturais. Como aponta Maria Cecília Londres Fonseca (2005), o conhecer é o primeiro passo para proteger as nossas referências culturais, mas a dimensão simbólica do espaço costuma ser mais vivida do que conhecida e essa dimensão raramente é levada em conta.

Reflexos que comprovam isso são algumas pichações que encontramos em meio às cidades e centros históricos. Simone Scifoni, em palestra proferida no 5º Seminário do Patrimônio Cultural de Fortaleza, em 2014, conforme menciona Tolentino (2016), lembrou as pichações feitas no Monumento às Bandeiras, no Parque Ibirapuera em São Paulo, durante as chamadas Jornadas de junho de 2013, marcadas pelas manifestações populares em todo o país em protesto ao aumento das tarifas do transporte público. O monumento foi alvo de uma grande pichação, onde foi escrita a palavra “assassinos” nos bandeirantes ali representados.

Certamente os autores das pichações conhecem o monumento que foi pichado em São Paulo. As bandeiras eram expedições ao interior do país, durante o século XVII, encabeçadas pelos bandeirantes, que tinham, entre outras, a finalidade de apoderar-se das terras além do litoral e capturar mão de obra escrava indígena, uma prática marcada por muita violência, assassinatos e opressão.

A máxima “É preciso conhecer para preservar” insiste Tolentino (2016), também aponta para um aspecto e uma prática bastante comum em instituições de preservação e projetos que se intitulam como de educação patrimonial, ou seja, a difusão, pura e simples, do patrimônio e das ações desenvolvidas. As conhecidas cartilhas e folhetos explicativos não podem ser concebidos como uma prática

educativa. No máximo, são ações de difusão ou até mesmo promoção dos órgãos que executam os projetos, visto que visam apenas levar o conhecimento (como via de mão única) ao outro, mas que não é suficiente como condição para garantir a preservação dos bens culturais.

A educação patrimonial pretende, assim, deixar de ser um processo unilateral baseado na comunicação/difusão de informações. Dessa maneira, a máxima “conhecer para preservar”, que ancorava as concepções educativas bancárias em vigor até então, é colocada em xeque. A confusão entre esses termos gerava e ainda gera, entre outras coisas, uma relação pedagógica que conduz, segundo Paulo Freire, “[...] à escravização das consciências, [na qual] a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes” (FREIRE, 2001, p. 89).

Ainda no que tange a reflexões críticas sobre Educação Patrimonial no Brasil, nos deparamos com a falácia de que esta se constitui enquanto instrumento para a alfabetização cultural. De forma acrítica, inúmeros projetos e até mesmo textos acadêmicos repetem o texto do Guia Básico, que traz a ideia de alfabetização cultural inspirada nos escritos de Paulo Freire, mas sem a necessária reflexão no âmbito da educação patrimonial.

De acordo com Tolentino (2016), a concepção de educação patrimonial adotada no referido Guia apresenta-se como instrutivista, isto é, a educação é considerada apenas como “transmissão de conhecimento”. Pois concebe o patrimônio cultural como objeto já cristalizado, fetichizado, e não como uma construção e apropriação da sociedade, com seus consensos e conflitos. E acrescenta o referido autor, que se utiliza de conceitos controversos, como o de alfabetização cultural, que vai de encontro ao conceito antropológico de cultura. Quando se afirma que é necessário alfabetizar o outro culturalmente, é porque não reconhecemos o outro como produtor e sujeito protagonista de sua própria cultura e colocamos uma cultura (a minha) como superior à outra (a do outro). Portanto, não é levado em conta, o conhecimento como uma ação mediadora a partir de uma construção coletiva e dialógica.

Além disso, o citado Guia, ao conceber a educação patrimonial como uma metodologia e não como um processo, esquece que essa prática educativa pode e deve ser baseada em diferentes metodologias que levem em conta as especificidades

e peculiaridades de cada caso, dependendo do público com quem se trabalha, do ambiente e dos diferentes contextos.

Essa mesma linha de reflexão é seguida pelo historiador Fernando Siviero (2015). Segundo o autor, há um descompasso entre o conceito e a metodologia proposta pelo Guia Básico de Educação Patrimonial, que reside inclusive na própria concepção educacional e patrimonial que carrega. A metodologia proposta preocupa-se mais com os objetos culturais e patrimonializados do que com os sujeitos envolvidos nos processos de aprendizagem. Em suas palavras, “com a ‘alfabetização cultural’, pretende-se realizar uma ação educativa de transmissão de informações, valores e concepções de mundo de alguns ‘detentores de conhecimento’ para aqueles que nada sabem e que devem ser conscientizados” (SIVIERO, 2015, p. 97).

É importante destacar que, ao enfatizarmos essa reflexão crítica em relação a este material, não estamos desconsiderando sua importância na contribuição para a delimitação e afirmação do campo da educação patrimonial e de seu papel para a disseminação do tema como uma área estratégica dentro das ações preservacionistas. Entretanto, como frisa Simone Scifoni ao se referir ao Guia,

Qualquer conhecimento deve ser entendido como historicamente datado, como produto de um momento e das reflexões que foram possíveis naquele momento. As práticas de Educação Patrimonial pedem, há muito tempo, que se avance em relação àquelas proposições. (SCIFONI, 2012, p. 31-32).

É ainda muito comum nas práticas docentes, principalmente na Educação Básica, pensar em educação patrimonial se resumindo a uma aula extraclasse, em que frequentemente é o professor de História que leva os alunos ao centro histórico da cidade. Geralmente esses estudantes saem da escola sem qualquer reflexão sobre suas próprias referências culturais, sobre o local onde moram ou sobre o entorno da escola. Com esta prática, a educação patrimonial é pensada a partir de um patrimônio cultural pré-estabelecido, entronizado, cabendo ao aluno aceitá-lo e preservá-lo, mesmo que não se sinta identificado com esse patrimônio nem se reconheça nele.

2.3 A relação entre Educação Patrimonial, Ensino de História e Consciência Histórica

Ao refletirmos sobre a História inserida em diversos contextos sociais, percebemos que as sociedades humanas se caracterizam por espaços de disputas,

onde grupos econômicos, étnicos, religiosos, dentre outros, buscam fazer prevalecer diante do coletivo social, suas visões de mundo, seus saberes e suas concepções culturais. A consequência imediata disto é o conflito de interesses, os quais se estabelecem dentro de relações de superioridade e inferioridade, e por conseguinte, costumam gerar injustiças, discriminações e incompreensões, o que dificulta o estreitamento das relações, em uma perspectiva de alteridade entre os diferentes grupos do interior das sociedades.

Em consonância com essa questão, Padovani Netto (2018) afirma que esse campo de disputas que se configura na sociedade, passa necessariamente pelas vivências e interações dos grupos humanos entre si, e neste sentido, as apropriações feitas por estes grupos, das diferentes narrativas históricas colocadas, participam ativamente do que chamamos de consciência histórica. Para Rüsen (2001) a consciência histórica relaciona a experiência empírica do viver, do ser, definidor de uma dada identidade com as interpretações advindas das narrativas históricas em disputa no tecido social, assim, ela passa a se caracterizar por ser um conjunto de atividades mentais com as quais os homens passam a interpretar suas experiências no tempo, do mundo que os cerca e de suas identidades. Isso ocorre devido à necessidade humana de mobilizar o passado para dar conta das carências do presente, sendo que o presente, parte de um *continuum* de experiências temporais (passado-presente-futuro) que se conectam pela narrativa, mas que carecem de sentido, de historicidade para ação na vida prática.

A Educação Patrimonial pode exercer um importante papel de instigadora da consciência histórica em crianças e jovens, uma vez que parte da compreensão do patrimônio como herança, e como tal se inclui numa dimensão de futuro que precisa ser considerada. Como professora de História da Educação Básica, para mim é muito relevante destacar que o campo do patrimônio tem uma historicidade que não pode ser desconsiderada, referente à compreensão das disputas, das lutas e dos conflitos de memória que comumente pautam esse campo, sobretudo em relação ao patrimônio herdado. Além disso, é importante considerar que o patrimônio como herança traz junto de si a discussão do futuro. Desta feita, ao se elaborar propostas de Educação Patrimonial para a formação de crianças e jovens, é importante considerar que o futuro é uma construção do presente, no qual devemos tomar decisões, incentivando nos alunos a refletir sobre que patrimônio desejam preservar,

por quê, para quem, como e quais os usos no presente. Deste modo, conforme Martins (2021), passado, presente e futuro são fatores da cultura histórica, operados pela síntese ativa do agente racional humano sob a forma de cenário existencial, encontrado e produzido, da vida concreta, tematizado na reflexão e expresso na narrativa histórica. E acrescenta o referido autor que,

Um desses cenários está exteriorizado na cultura histórica praticada na vida social no formato dos museus e em sua função socio pedagógica. Nos museus em geral, como nas exposições temporárias de cunho histórico, “vê-se” a História. A estratégia dos museus é também uma didática da consciência histórica. (MARTINS, 2021, p.49)

Como podemos constatar, a função do Ensino de História pode ser atrelada aos objetivos de um patrimônio cultural, afinal, ambos pretendem fomentar a memória e legitimar poderes, ainda que cada qual à sua maneira. Ambos também projetam e se utilizam da memória para alcançar grande parte de seus objetivos, de modo que os sujeitos possam se inserir, de forma coesa, no interior de uma sociedade. Neste sentido, corroboramos com a visão de Rüsen (2016), quando afirma que o olhar que nos interessa agora situa a história em um horizonte no qual se conjugam em novas e complexas estruturas, as diversas áreas e estratégias da memória histórica que, até agora, pareciam totalmente separadas. E é nesse contexto, que se insere a Educação Patrimonial como campo de atuação que colabora para a constituição da cultura histórica. O referido autor, sustenta que

Nesta nova aproximação, a investigação acadêmica, o ensino escolar, a conservação de monumentos, os museus e outras instituições estão contempladas e discutidas, apesar das respectivas demarcações e diferenças, como manifestações de uma aproximação inter-relacionada e comum do passado. Cultura histórica deve denominar este aspecto Inter relacional e comum. (RÜSEN, 2016, p. 55).

A função política do Ensino de História e do patrimônio cultural é reforçada por meio da memória, cujo objetivo é assegurar que os sujeitos se identifiquem com práticas, ideias e rituais – tanto individualmente quanto em grupo, fomentando a lógica de uma identidade nacional.

Um dos objetivos centrais do ensino de História, na atualidade, relaciona-se a sua contribuição na constituição de identidades. Na opinião de Barca (2007, p. 116), uma aula de História que contribua para a mobilização de identidades na construção de uma consciência histórica adequada às complexidades da sociedade deste século e no contexto de uma sociedade que deseja aberta e dialogante tem de refletir opções conscientes nas áreas veiculadas à visão local, nacional e global.

CAPÍTULO 3 - AS EXPERIÊNCIAS COM PLATAFORMAS DIGITAIS ENVOLVENDO O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

3.1 Educação patrimonial e as tecnologias digitais no Brasil

Como já mencionado no capítulo dois, no Brasil, a Educação Patrimonial foi inserida nas práticas educativas no museu Imperial do Rio de Janeiro pela museóloga Maria de Lourdes Horta no ano de 1985, e depois sistematizada pela mesma em quatro etapas de aplicação, a saber: observação, registro, exploração e apropriação, as quais foram dispostas em um guia publicado pelo IPHAN no ano de 1999. (TARDIVO e PRATSCHKE, 2017).

A cultura de massas da era industrial e seus produtos, como o jornal, o telégrafo, a fotografia e a TV, foram aos poucos, e, com o aparecimento de novas máquinas tecnológicas, abrindo espaço ao surgimento da cultura das mídias. TV a cabo, dispositivos de fax e de xerox, videogames e videocassetes inauguraram novos processos comunicacionais, focados em audiências mais segmentadas e diversificadas.

O surgimento e o intenso desenvolvimento das Tecnologias Digitais em Rede (TDR) vêm modificando nossa maneira de ser, estar e sentir o mundo. Os grandes avanços no campo das tecnologias da informação e da telecomunicação que ocorreram a partir da década de 1970, com a digitalização da informação e a internet, e posteriormente com a *word wide web*, podem ser considerados de acordo com Marti e Santos (2019), os primeiros catalisadores das intensas transformações sociotécnicas, culturais, políticas e econômicas contemporâneas.

No final da década de 1990, ocorreu o início do processo de popularização do uso das redes de comunicação e informação, viabilizado pelo acesso à rede de internet. Esse avanço veio favorecer a projeção e inserção de atividades em plataformas interativas, como os museus virtuais, jogos e acervos coletivos, dando início, conforme Tardivo e Pratschke, “a outros espaços de registro da memória cultural, inseridos no ciberespaço” (2017, p.3).

Dessa forma, a rede humana e a rede de “máquinas” formadas a partir do surgimento da internet permitiram a configuração de novos espaços/tempos de interação e de aprendizagem/ensino. Esse novo espaço conversacional, o

ciberespaço é que, segundo Marti e Santos “permite a troca de informações e diversos modos de comunicação, simultânea ou não, entre todos os seus usuários [um-um, um-todos, todos-todos]” (2019, p. 6).

Os autores Nunes e Oliveira (2016) comentam que antes dos processos de digitalização, os suportes de informação eram diferentes e incompatíveis. E conseguiram perceber na obra de Paul Virilio, *Bomba Informática* de 1999 que,

Com a revolução digital abriu-se então a possibilidade de que a produção, a circulação e a estocagem de qualquer dado pudessem ser realizadas pelo usuário em sua casa a partir de um computador, ou em qualquer lugar a partir dos dispositivos digitais móveis (2016, p.97).

Para os estudiosos nesse assunto, o computador não é apenas mais um dispositivo técnico, ele se torna uma máquina que representa o mundo por meio de uma interface, e esta última funciona como uma liga que une não só o ser humano à máquina, mas a outros humanos, a uma inteligência coletiva. Quando se referem ao computador, incluem todas as máquinas atuais ou virtuais que surgem a uma velocidade sem precedentes: *smartphones, tablets, e-readers, mp3 e mp4 players* e tecnologias ainda fora do mercado (NUNES e OLIVEIRA, 2016).

É inserido neste contexto, que o ensino de história pode e deve se utilizar de tecnologias digitais para abordar questões relacionadas ao patrimônio cultural dos alunos, com a finalidade não somente de formar cidadãos conscientes de sua identidade histórico-cultural, mas sobretudo participar de um processo de aprendizado mais interativo e participativo, em que as ferramentas tecnológicas desempenham um papel considerável neste sentido.

A Educação Patrimonial no Brasil já conta com experiências envolvendo as tecnologias digitais, como exemplo, o Projeto “*Percursos Virtuais: Colaborações em Narrativas do patrimônio cultural de São Carlos*”, fruto da parceria firmada no ano de 2017 pela Fundação Pró-Memória da cidade de São Carlos e o grupo de pesquisa Nomads.usp. De acordo com Tardivo e Pratschke (2017), a elaboração do trabalho se dá em torno do desenvolvimento de possibilidades que visam fomentar e proporcionar um maior contato entre a população e os bens patrimoniais da cidade de São Carlos, por meio da utilização de suporte com interfaces interativas acessadas por meio de *QR Codes*.

Nos próximos tópicos, abordaremos as principais atividades envolvendo o uso de recursos digitais e suas aplicações em prol do patrimônio no tocante ao Centro Histórico de São Luís do Maranhão, que se constituem num aporte

teórico/metodológico inovador para professores e seus alunos se apropriarem da história, cultura e da memória da cidade que é patrimônio mundial da humanidade. Daremos enfoque particularmente a três práticas existentes em nossa cidade, a saber: Plataforma Digital Circuito de Visita Cultural, o Projeto Semente Digital e o Curso Online Pat Net – Educação Patrimonial.

3.2 A plataforma digital Circuito de Visita Cultural

O Projeto CIRCUITO DE VISITA CULTURAL, lançado em 05 de dezembro de 2016, em solenidade no Teatro João do Vale, foi estruturado para fomentar, divulgar e incentivar a produção cultural e artística do estado do Maranhão e, para tanto mantém sob a sua coordenação 23 espaços cuidadosamente pensados para oferecer uma visão, “o mais completa possível”, da produção maranhense no campo da sua arte, cultura e história. Permite o agendamento online de visitas às nossas casas de cultura e ainda oferece circuitos pré-definidos levando em consideração a proximidade dos espaços, localizados na cidade e no município próximo de Alcântara.

Figura 4. Logomarca do Projeto



Fonte: Logomarca do projeto. <https://cultura.ma.gov.br/>

Nessa plataforma digital, o professor, o turismólogo, bem como outros profissionais podem realizar o agendamento para um dos espaços para a visitação, escolhendo seu circuito, uma data com o turno pretendido e preenchendo um formulário.

Figura 5 - Plataforma digital



Fonte: <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/eventos/2016/agendamento>

Acima, na plataforma digital, vemos a lista dos museus, teatros, centros de arte e produção artesanal que oferecem em regime de atividades constantes, oficinas, cursos de pintura e fotografia, festivais de teatro, festas populares. Além de exposições e mostras permanentes idealizadas para oferecer ao expectador um amplo cenário da produção dos maranhenses, nas suas formas peculiares de criar, de comer, de festejar e sonhar.

Figura 6 – Plataforma Digital

AGENDAMENTO DE VISITAS

Tipo do grupo Quantos Participantes? Faixa etária média dos visitantes (mín. 7 anos)

Haverá pessoas deficientes?
 SIM NÃO

IDENTIFICAÇÃO

Nome ou Razão Social (conforme consta no CNPJ) Nome Fantasia CNPJ (somente números)

Endereço

CEP Cidade Seleccione seu Estado

Telefone Celular

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

Nome Completo (Conforme consta na Carteira de Identidade) CPF (somente números)

e-mail Repita seu e-mail

O responsável será o mesmo a coordenar a visita?
 SIM NÃO

SOLICITAR RESERVA

Fonte: página do site cultura.ma.gov.br

Desde sua implementação em 2016 até março de 2020 foram realizadas ao todo 2.302 agendamentos por grupos escolares, sendo destes, 1.339 deferidos e 959 indeferidos. O site de agendamento não dispõe de dados que diferenciem agendamentos realizados por escolas públicas ou privadas, portanto os dados são relativos ao total de escolas que visitaram as casas de cultura pela plataforma digital. Estas informações constam de relatório expedido pelo órgão.

Figura 7 – Plataforma Digital

VISITANTES (ESCOLA) POR ORGÃO	
ORGÃO	TOTAL GERAL
BPBL	10300
LEOES	10030
MHAM	9052
CMA	8978
CPHNA	8614
CCJM	5059
MAS	4600
TAA	4408
NHOZINHO	4216
MR	3941
CCPDVF	3079
FMRB	2225
APEM	1609
FSA	1323
CEPRAMA	824
MAV	581
CTCM	575
DESTERRO	567
TJV	296
CDIVINO	90
MHA	90

Fonte: Informações cedidas pela SECMA em março de 2020

Além de serem importantes atrativos para os turistas, as Casas de Cultura são importantes ferramentas de ensino, por abrigarem acervos de preservação da nossa história, literatura, cultura e muito mais. Com a plataforma, além dos agendamentos mais rápidos e fáceis, os gestores escolares e professores poderão encontrar, em um único endereço eletrônico, informações completas sobre todas as Casas de Cultura do Estado.

3.3 Projeto Semente Digital: relato de experiência de educação patrimonial mediado pela tecnologia

Em 2011 foi criado o projeto Semente Digital pelo LABCOM – Laboratório de Convergência de Mídias – da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com o objetivo de sensibilizar os moradores de São Luís, sobretudo os jovens, para a questão da preservação do patrimônio de sua cidade, utilizando uma nova ideia de

abordagem, por meio de tecnologias como realidade aumentada, dentre outros suportes.

Mais especificamente, o público alvo do projeto eram estudantes de ensino fundamental, médio e graduação universitária para, através de recursos inovadores e uso de novas tecnologias de processamento de imagem, apresentar de forma lúdica e interessante, não só o problema, mas também suas possíveis soluções.

Figura 8 – Material de Divulgação da SNCT 2011



Fonte: <file:///C:/Users/afdin/Downloads/SINCULT15SementeDigital.pdf>

O projeto foi apresentado durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do mesmo ano em que foi criado, com apoio de edital FAPEMA (e ampla cobertura da mídia, incluindo notícia nacional da Microsoft (SANTOS *et al*, 2015).

Em 2012, pela segunda vez, fez parte da programação oficial da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, evento nacional promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e com o apoio da FAPEMA, o LABCOM realizou a II Mostra Interativa do projeto com amplo sucesso de visitação e cobertura da mídia.

O projeto era executado por bolsistas do LABCOM, de iniciação científica e iniciação tecnológica, que constituíam uma equipe. Primeiramente realizavam um trabalho interno, consistindo em pesquisa, levantamento de histórias interessantes, inclusive com a contribuição de discentes e docentes do curso de História da UFMA, como a Professora Antonia Mota. Em seguida, aplicavam as tecnologias nas histórias pesquisadas para na fase final apresentá-las para o público.

De acordo com o Professor Márcio Carneiro dos Santos, coordenador do projeto, a Mostra percorria alguns lugares uma ou duas vezes por ano. Era promovida

e divulgada em evento público, onde eram convidadas as escolas a participarem. Os locais variavam: Sebrae, FAPEMA, no Shopping São Luís (o maior público da exposição).

Os objetivos do projeto constituíam-se em três linhas básicas de ação, a saber: educação, conexões e registro, que conforme Santos *et al* consistiam em:

- . Promover eventos abertos ao público alvo para discussão da temática da preservação do patrimônio usando ambientes interativos e experiências lúdicas.
- . Produzir conteúdo audiovisual sobre o centro histórico de São Luís para efeito de registro e pesquisa dos interessados.
- . Formar redes de pessoas interessadas na mesma temática.
- . Desenvolver e explorar novas tecnologias ligadas à imagem e ao audiovisual que possam ser usadas para a criação dos experimentos e produtos do projeto (2015, p.13).

Dessa forma, através das mostras interativas públicas, o projeto Semente Digital proporcionou experiências lúdicas e de entretenimento aos visitantes, em especial aos estudantes do ensino básico.

3.3.1 As tecnologias utilizadas

Realidade Aumentada: possibilita, a partir da interação com elementos virtuais, uma imersão nas histórias do casario colonial e suas personalidades que fizeram parte da cultura local da época. A instalação conta com painéis impressos que contêm imagens, áudios e animações vinculadas ao conteúdo textual. Ao posicionar a câmera do dispositivo móvel (smartphone ou tablet) em direção ao painel, o aplicativo usado para essa tecnologia aciona o conteúdo carregado àquele texto, que após o reconhecimento da imagem gera outras informações para além do impresso. Assim, uma das interações possíveis de visualizar é a atriz com roupas de época da imagem dando as boas-vindas na tela.

Figura 9. Registro de visita de alunos



Fonte: [SINCULT15SementeDigital.pdf](#)

Leapmotion: tecnologia de reconhecimento de gestos. Funciona com um sensor, que ligado a um computador, permite ao usuário controlar a aplicação (um game, por exemplo) através do movimento das próprias mãos. Seu conteúdo encontrava-se ainda em elaboração pela equipe do LABCOM, a tecnologia foi exposta na Mostra para exemplificar mais uma das formas possíveis de interagir com as interfaces.

Figura 10 - Estudantes durante interação com *leap motion*



Fonte: [SINCULT15SementeDigital.pdf](#)

Photosynth: tecnologia da Microsoft que permite a criação de uma supercomposição de imagens a partir de várias fotografias, criando a possibilidade de exploração virtual de espaços reais pela internet. Com essa tecnologia, o Semente Digital elaborou dois experimentos no Museu Histórico e Artístico do Maranhão que mostram como eram as residências de famílias senhoriais que moravam nos casarões dos séculos XVIII e XIX. O experimento do Photosynth pode ser visualizado também por meio do site do projeto Semente Digital: <http://www.projetosementedigital.com.br>.

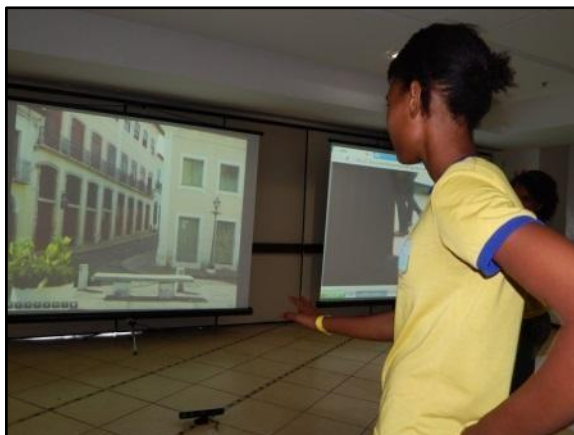
Figura 11 - Fotocomposição de imagens no *Photosynth*



Fonte: [SINCULT15SementeDigital.pdf](#)

Kinect: também da Microsoft, esta tecnologia do console Xbox consiste em um sensor com câmera que permite ao usuário a navegação pelo conteúdo através de seus próprios movimentos. No Semente Digital, o visitante pôde, através do movimento com as mãos, “passear” pela Praça da Faustina, no Centro Histórico de São Luís, ao explorar uma foto em 360°.

Figura 12. Rua do Centro histórico em 360º visualizada através de movimentos



Fonte: [SINCULT15SementeDigital.pdf](#)

Realidade Aumentada com reconhecimento de face: nessa sessão, o visitante experimentou mais uma vez a RA (realidade aumentada), mas agora posicionando a sua face na direção da câmera. Através do reconhecimento de face, a tela criou o desenho de um bigode na pessoa. O objetivo foi lembrar as nossas origens portuguesas através de um ícone desta nacionalidade.

Figura 13. Bigode sobreposto com realidade aumentada



Fonte: [SINCULT15SementeDigital.pdf](#)

QR Code: sistema QR (sigla em inglês para Quick Response) é um código de barras bidimensional que pode ser facilmente escaneado por uma webcam ou smartphone, e em seguida convertido em outros elementos digitais, como textos, endereço URL, número de telefone, uma localização georreferenciada, um e-mail etc. Na mostra interativa do Semente Digital, essa tecnologia foi empregada para passar

a mensagem da preservação patrimonial. Ao apontar a webcam de um computador para o QR Code, automaticamente uma mensagem era exibida: “São Luís, 400 anos. Preserve”, tendo ao fundo um globo com imagens antigas da Praça Benedito Leite. O usuário da mostra era desafiado a “abraçar o globo”.

Figura 14. Adolescente abraçando o globo dos 400 anos de São Luís



Fonte: [SINCULT15SementeDigital.pdf](#)

Assim, através das mostras interativas públicas, o projeto Semente Digital proporcionou experiências lúdicas e de entretenimento aos visitantes, em especial aos estudantes do ensino básico, reunindo através de diversos experimentos tecnológicos, histórias curiosas e interessantes sobre casarões do centro histórico e contribuindo para o despertar da consciência da preservação do patrimônio cultural da cidade. O projeto se estendeu até o ano de 2017.

3.4 PatNET- Educação Patrimonial Online

O curso PatNET “Educação Patrimonial Online para o Centro Histórico de São Luís” –, disponível na plataforma Eskada do site da UEMANET (Núcleo de Tecnologias para Educação) foi lançado em 2021, por meio de uma parceria do Instituto de Estudos Sociais e Terapias Integrativas (IESTI) com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). A partir de pesquisas e entrevista realizadas em instituições culturais presentes no Centro Histórico de São Luís, como exemplo: o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNAMA), tomamos conhecimento da existência do referido curso por intermédio do Diretor do

órgão, o arqueólogo Deusdedit Carneiro Filho, que também integra o corpo de docentes que ministram as aulas online na plataforma. Ficamos muito contentes em saber que mais uma ferramenta de ensino envolvendo o Centro Histórico de São Luís, utilizando plataforma virtual, está disponível para acesso de todos que demonstrem interesse pela cidade de São Luís.

A origem do nome PATnet surgiu a partir do entendimento de ser uma denominação fácil por ser patrimônio na internet, para responder ao edital do *MATH FUND/BNDES/LABEL Mais Patrimônio Cultural/2020*, conforme entrevista concedida via watshap pela coordenadora geral e idealizadora do curso, mestre e turismóloga Gabriela Barros Rodrigues, membra do (IESTI) que tem um acordo de cooperação técnica com a UEMANET, a fim de depositar o conteúdo dentro da plataforma.

Figura 15. Logomarca do PATnet



Fonte: <https://benfeitoria.com/projetos>

O curso surge como uma metodologia *pocket*, a partir de um programa maior em educação patrimonial - cuja autoria também é da referida idealizadora do curso online já citada - intitulado *O Patrimônio em Rede e os Guardiões da Memória*, no qual é proposto a partir da Educação Patrimonial desenvolver o olhar do conhecimento, do reconhecimento e do pertencimento do patrimônio humano que está presente no Centro Histórico, contribuindo para o seu desenvolvimento, a partir do reconhecimento do patrimônio como ferramenta de ações que pode e devem ser originadas da riqueza arquitetada, do saber fazer, do cotidiano e dos modos de vida que o permeiam.

O objetivo geral do curso, conforme consta nas informações do site (<https://eskadauema.com/mod/page/view.php?id=3007>), visa compreender a composição histórica, arquitetônica e arqueológica do Centro Histórico de São Luís, sob uma perspectiva histórico-cultural para o reconhecimento e a conservação do território a partir de sua importância, podendo fomentar ações de promoção do Turismo Responsável, da Economia Criativa e da Inovação em territórios culturais. Tem como público-alvo: estudantes, professores, moradores e profissionais que atuam no centro, artesãos, produtores e gestores culturais, turismólogos e guias de turismo, profissionais do setor público e privado, comunidade em geral e todos que manifestarem interesse em São Luís.

Como uma ferramenta tecnológica para a Educação Patrimonial, busca, dentre outros objetivos, destacar a importância do patrimônio cultural material e imaterial do Centro Histórico voltada às titulações de importância para a humanidade, bem como conhecer as influências das culturas indígenas, africana e europeia na arquitetura colonial portuguesa em São Luís- MA.

O programa do curso está estruturado em quatro módulos:

MÓDULO I - HÊ: EU MORO EM UM PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE!

Conhecendo a História e a Cartografia Urbana de São Luís - MA;
Conhecendo a Arqueologia de São Luís - MA.

MÓDULO II - HUM, HUM MERMÃ: POR QUE GUARDAR AZULEJOS, JANELAS E FACHADAS?

Abordando contextos de Turismo Responsável e Territórios.

MÓDULO III - TU É DOIDO? CRIATIVOS DO PATRIMÔNIO!

Abordagens da Economia Criativa em Territórios Histórico-Culturais.

MÓDULO IV - ÉGUAS: INOVANDO NO CENTRO HISTÓRICO DA ILHA!

Conceito de Inovação;

Potencializando o Centro Histórico de São Luís com Inovação Social.

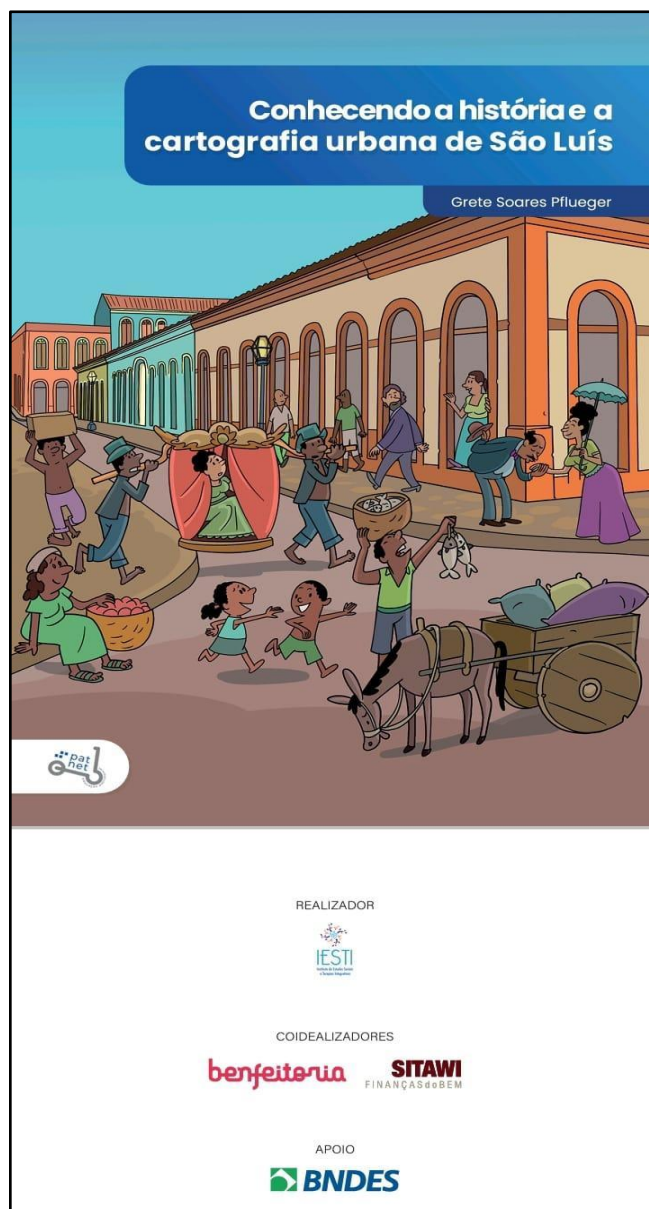
Figura 16. Estrutura dos Módulos do Curso PatNET



Fonte: <https://eskadauema.com/mod/resource/view.php?id=3019>

O cursista tem acesso a vários dispositivos pedagógicos, tais como vídeo aulas, podcasts, livros digitais e, ao fim de cada módulo, realiza uma atividade avaliativa, e quando conclui o curso, recebe uma certificação. A modalidade é à distância e sua duração é livre, com carga horária de 75 horas.

Figura 17. Capa do Livro Digital



Fonte: <https://eskadauema.com/mod/resource/view.php?id=3019>

O lançamento do curso PatNET¹ representa, nas palavras da designer pedagógica do UEMAnet, Lidiane Lima (Notícia/UEMA, 2.12.2021), um esforço conjunto de várias equipes, que se dedicaram para oferecer o melhor em termos de conteúdo e tecnologia, o que possibilita conhecer um pouco mais sobre a história, a arqueologia e o turismo responsável em São Luís.

¹ O financiamento do projeto maranhense foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e por se tratar de ação coletiva, a instituição estipulou meta de R\$ 25 mil a serem alcançados em doações. Com a meta alcançada o BNDES duplicaria esse montante, totalizando R\$ 75 mil que seria investido na execução do projeto. (Entrevista de Gabriela Rodrigues, coordenadora geral do PatNET ao Plugado, na Mirante FM em 10.06.2021)

Para o professor de História é um recurso pedagógico que de forma interativa e dinâmica apresenta aos alunos um conhecimento aprofundado e embasado da constituição da cidade, de seus primeiros habitantes e das contribuições dos povos indígenas, portugueses e africanos, da Arqueologia do Maranhão, dentre outras temáticas ligadas ao Turismo sustentável, as quais são de suma importância para a formação acadêmica-profissional de nossos estudantes. Configurando-se em mais um instrumental facilitador das aulas de introdução à Educação Patrimonial do Centro Histórico de São Luís do Maranhão.

3.5 Vivência docente na prática da Educação Patrimonial

As mudanças teórico-metodológicas nas ciências humanas e o nosso compromisso com a educação escolar com o tempo presente, entre outros aspectos, levaram-nos à necessidade de planejar ações promotoras de uma educação patrimonial. Uma educação que buscasse aproximar o aluno do patrimônio cultural de sua cidade, que possibilitasse o conhecimento do modo de viver, dos hábitos, das formas de registros de documentos, das matérias jornalísticas veiculadas nos séculos passados, sensibilizando-os para sociedades que outrora viveram e deixaram marcas, seja ocupando o lugar de privilegiados, seja desempenhando o papel de subjugados.

A educação patrimonial está voltada para questões relativas ao patrimônio cultural em todas as suas dimensões e, de acordo com Azevedo (2010), estão divididas em natural ou ecológica, histórico-artística e documental. Por isso, encaramos o desafio de trabalhar com a educação patrimonial, buscando despertar nos alunos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema.

Das três dimensões citadas pela autora anteriormente, a documental e a histórico-artística têm se evidenciado mais em nosso cotidiano pedagógico, enquanto professora da educação básica da 1ª série Ensino Médio, visto que nossas visitas com grupos de estudantes se dão com mais frequência ao Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), ao Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão e à Casa do Tambor de Crioula do Maranhão.

O APEM funciona num prédio secular, localizado próximo ao antigo porto de São Luís, o qual possui quatro pavimentos: subsolo, térreo, primeiro andar e mirante,

considerado um dos muitos exemplares da arquitetura colonial do século XIX existentes em nossa cidade. O referido imóvel, desde a sua construção, teve várias serventias: residência, “república” de estudantes, pensão familiar, tendo abrigado, durante anos, a pensão da Chicó, que foi um dos mais famosos bordéis já existentes na cidade. E finalmente adquirido pelo Governo, para guardar a memória escrita do Estado.

Figura 18 – Foto do Arquivo Público do Estado do Maranhão



Fonte: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=189412>

No subsolo, encontram-se a sala do Laboratório de Conservação e Restauração de Papéis (LACREPE), a sala de encadernação, a sala de consultas, a sala de identificação de documentos, banheiros e cozinha. No térreo se encontram sala de consultas, duas salas de documentação avulsa, a sala de expositores de documentos, banheiros e portaria com um hall de entrada. No primeiro andar, sala de consultas, sala de códices, biblioteca de apoio, sala de reuniões com mapotecas, o acervo João Mohana, parte do acervo da Arquidiocese, sala da Secretaria e sala da Diretoria. No Mirante tem um espaço reservado para execução de projetos.

Nas salas de consulta, o pesquisador/aluno tem acesso aos documentos originais mediante solicitação e consulta aos instrumentos de pesquisa, que facilitam seu trabalho, ao mesmo tempo em que recebem orientações dos funcionários de

como utilizá-los e de como manusear os documentos, que são colocados à sua disposição, contribuindo assim para a conservação e preservação dos originais.

Figura 19 - Alunos no Setor de Códices ao lado do pesquisador



Fonte: Acervo da autora (Novembro de 2021)

Em seu laboratório de Conservação e Restauração de Papéis – LACREPE, o Arquivo Público do Estado do Maranhão realiza conservação preventiva e a restauração de seu acervo documental e bibliográfico, sendo referência na preservação de acervos documentais. Desenvolve projetos cooperativos de conservação a exemplo do Projeto Preservação da Documentação Histórica do Acervo da Arquidiocese do Maranhão livrando do abandono um dos acervos históricos mais valiosos do Maranhão.

Figura 20 – Foto de alunos no Laboratório de Restauração



Fonte: Acervo da autora. Alunos no LACRAPE foto de dispositivo móvel (março de 2019)

Figura 21 – Foto de alunos no Laboratório de Restauração



Fonte: Acervo da autora: Alunos do C. E. SÃO CRISTÓVÃO (Novembro de 2021)

Figura 22 – Alunos do IEMA conhecendo o LACREPE



Fonte: Acervo da autora: 09 de Maio de 2022

As visitas ao Arquivo Público oportunizam uma aproximação dos discentes com uma variedade de documentos salvaguardados na instituição, desde códices, jornais de época, documentos de delegacias, partituras musicais, passaportes do século XIX e documentos relativos ao período colonial do Maranhão, como sesmarias, dentre outros. Porém, o ambiente que desperta maior interesse, curiosidade e aprendizado, sem sombra de dúvida, é o Laboratório de Conservação e Restauração de Papeis, onde se tornam parte do processo de restauração, tendo contato com os profissionais do local que fazem demonstrações das etapas pelas quais os documentos passam até a completa reparação.

No segundo semestre de 2021, já no contexto do Novo Ensino Médio, trabalhamos com uma disciplina Eletiva, em que os alunos do Centro de Ensino São Cristóvão se inscreviam voluntariamente para participar, a mesma era ministrada por duas professoras de áreas afins, História (a pesquisadora em questão) e Sociologia (Prof. Sofia). O tema da Eletiva era *Patrimônio Histórico Cultural da Ilha do Amor*, onde foram elencadas duas casas de cultura a serem visitadas: O Arquivo Público do Maranhão e a Casa do Tambor de Crioula.

A Casa do Tambor de Crioula² é um Centro de Referência da manifestação da cultura popular maranhense Tambor de Crioula, desde 2018 reconhecido patrimônio imaterial pelo Iphan. Está situada na área no antigo bairro portuário, a Praia Grande.

A Casa é um espaço para fortalecimento do processo de salvaguarda da manifestação. Tem caráter museológico, antropológico e sociológico, bem como de um centro de pesquisa, memória e documentação da história dos afrodescendentes, além de ser um local de difusão da manifestação. (www3.cultura.ma.gov.br)

O espaço cultural de multiuso é destinado à exposição permanente, apresentações/vivências, atividades de ensino e formação, oficinas de saberes tradicionais (ritmo/dança, confecção de indumentárias, tambores, artesanato e inúmeras formas de produção e reprodução material e imaterial sobre a manifestação).

Figura 23 – Casa do Tambor de Crioula



Fonte: Acervo particular. (Novembro de 2021)

² Essa forma de expressão de matriz afro-brasileira foi tombada em 2007, Patrimônio Imaterial Brasileiro pelo IPHAN e, está inscrita no Livro das Formas de Expressão.

Figura 24 – Foto na parte interna da Casa do Tambor de Crioula



Fonte: Acervo particular (Novembro de 2021)

A visita foi realizada com alunos da disciplina eletiva: *Patrimônio Histórico e Cultural da Ilha do Amor*, do Centro de Ensino São Cristóvão, em novembro de 2021. E teve como resultado final um trabalho interdisciplinar que consistiu na reprodução, em sala de aula, dos principais ambientes visitados pelos alunos nas duas casas, e produziram réplicas dos principais objetos expostos, bem como dos símbolos identitários do Tambor de Crioula. Tudo produzido por eles com a orientação das professoras. O resultado foi surpreendente, devido a proximidade com o real cenário em que visitaram.

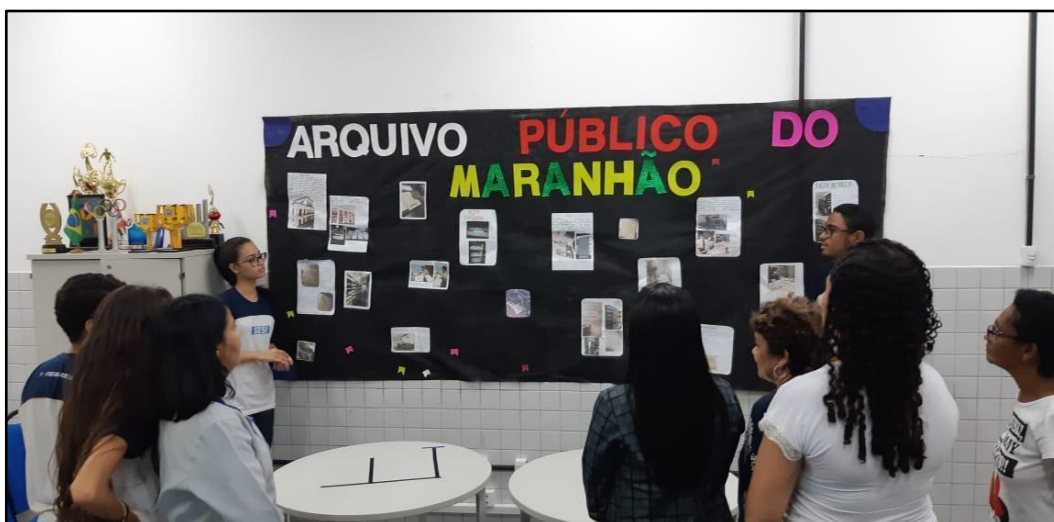
Figura 25 – Réplicas do acervo da Casa do Tambor de Crioula produzidas pelos alunos



Fonte: Acervo da autora. (Novembro de 2021)

A visitação ocorre posterior ao debate e estudo aprofundado em sala de aula sobre Introdução ao estudo de História, onde se encontram as fontes históricas, que têm no Patrimônio Cultural de uma cidade um objeto de estudo da História, que se consubstancia na prática da Educação Patrimonial. Em seguida, realizamos o agendamento da visita na plataforma digital Circuito de Visita Cultural, como já mencionada neste artigo.

Figura 26 – Culminância do trabalho de Educação Patrimonial



Fonte: Acervo particular. Fotografia dos alunos apresentando painéis na Escola em 2019.

Figura 27 – Culminância da Eletiva: Patrimônio Histórico Cultural da Ilha do Amor



Fonte: Acervo particular. (Novembro de 2021)

A culminância do processo de aprendizado se dá no retorno à sala de aula, com a confecção de painéis ilustrados, com imagens e explicações de cada ambiente visitado, oportunidade na qual os alunos podem explanar sobre sua experiência vivenciada no local para outras turmas, professores, coordenadoras e demais funcionários da escola, contribuindo, assim, para a sistematização do conhecimento, bem como a interiorização dos conceitos de memória e identidade.

Corroborando com nossa linha de pensamento, Azevedo (2010) salienta:

Em relação ao conhecimento histórico, é imprescindível ressaltar a contextualização dos acervos, e levar os alunos a perceberem os objetos expostos como documentos. O estímulo à capacidade de interação e à curiosidade dos visitantes, por meio da problematização dos objetos com relação a situações cotidianas contribui para envolver o público de todas as idades e de forma, inclusive, lúdica, na produção do seu próprio conhecimento. (AZEVEDO, 2010, p. 299)

Neste ano, estou integrando o quadro dos professores do Instituto Estadual de Ciência e Tecnologia – IEMA, São Luís Centro, na modalidade de tempo integral. Como parte da grade curricular prevista no Novo Ensino Médio, a escola ofertou 16 disciplinas eletivas para serem trabalhadas por dupla de professores de forma interdisciplinar. Convidamos desta vez, o professor de Química (Augusto Júnior) para integrar nossa eletiva intitulada *Hum, hum mermã: que história é essa de Arquivo Público do Maranhão?* Desafio aceito pelo colega, que constatou ao visitar previamente o órgão a inserção de sua componente curricular na disciplina, quando conheceu o LACREPE, cujo trabalho de restauração e conservação de documentos envolve vários processos químicos. Sendo assim, firmamos parceria na disciplina eletiva da escola.

No dia 09 de maio de 2022, ocorreu a visita técnica dos alunos do IEMA Pleno São Luís Centro, inscritos na disciplina Eletiva ora mencionada ao APEM/MA, onde tiveram oportunidade de conhecer a importância do Arquivo Público e os principais serviços que presta à comunidade, conforme figura 10 mencionada no texto. Na ocasião, fomos agraciados com um convite feito pela gestora do órgão, Vilma Teixeira de Castro, que consistiu na participação de nossa escola na **6ª Semana Nacional de Arquivos**, em cujo evento, o tema escolhido pelo Arquivo do Maranhão foi *O Arquivo Público na escola do ensino médio*. O convite foi aceito.

A 6ª Semana Nacional de Arquivos aconteceu no período de 6 a 10 de junho deste ano, com o tema: “#SomosArquivo”. Esse evento está inserido no calendário anual do Arquivo Nacional. Foram convidadas a participarem as instituições arquivísticas, os centros de memórias e demais entidades detentoras de acervos de natureza pública ou privada. Constituiu-se em uma oportunidade para que essas instituições promovessem atividades que possibilitassem a seus acervos ganharem maior visibilidade na sociedade.

O Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM participou com o projeto “O Arquivo na Escola do Ensino Médio” com atividades no Instituto Estadual de

Educação, Ciência e Tecnologia – IEMA (UP SÃO LUÍS CENTRO) e no Liceu Maranhense, conforme cartaz do evento publicado nas redes sociais e mídia local.

Figura 28 – Convite Projeto

Projeto

6ª Semana Nacional de Arquivos

O ARQUIVO PÚBLICO nas escolas de ensino médio

PROGRAMAÇÃO

07/06/2022 (terça-feira) - 13h30
IEMA - Instituto Estadual, Ciência e Tecnologia do Maranhão - Unidade Plena São Luís - Centro

08/06/2022 (quarta-feira) - 14h
Centro de Ensino Liceu Maranhense

Palestra: A Importância do Arquivo Público e os principais serviços que presta para à sociedade.

Exposições: “Memória e Identidade do Arquivo Público do Maranhão” e “Conservação, preservação e restauração de documentos”.

Exibição de vídeos institucionais.

#SomosArquivo

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
ARQUIVO NACIONAL

SECMA

GOVERNO DO MARANHÃO
PROPOSTA DE TRABALHO
NOVO

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Fonte: Arquivo Público do Maranhão

De acordo com o informativo do projeto, a escola recebeu a Exposição/Palestra do Arquivo Público no dia 07 de junho, e, na oportunidade, os alunos da nossa eletiva apresentaram no Data Show a *Cartilha Digital sobre o Arquivo Público*, produzida por eles e contendo a descrição dos principais ambientes visitados. Nessa situação tiveram a oportunidade de serem protagonistas no Projeto encetado pelo órgão, dando a contribuição do discente no processo de aprendizado e significação do conhecimento adquirido ao longo da disciplina, que tem como referência basilar, a Educação Patrimonial.

Figura 29 – Fotos do Projeto O Arquivo Público nas escolas de Ensino Médio



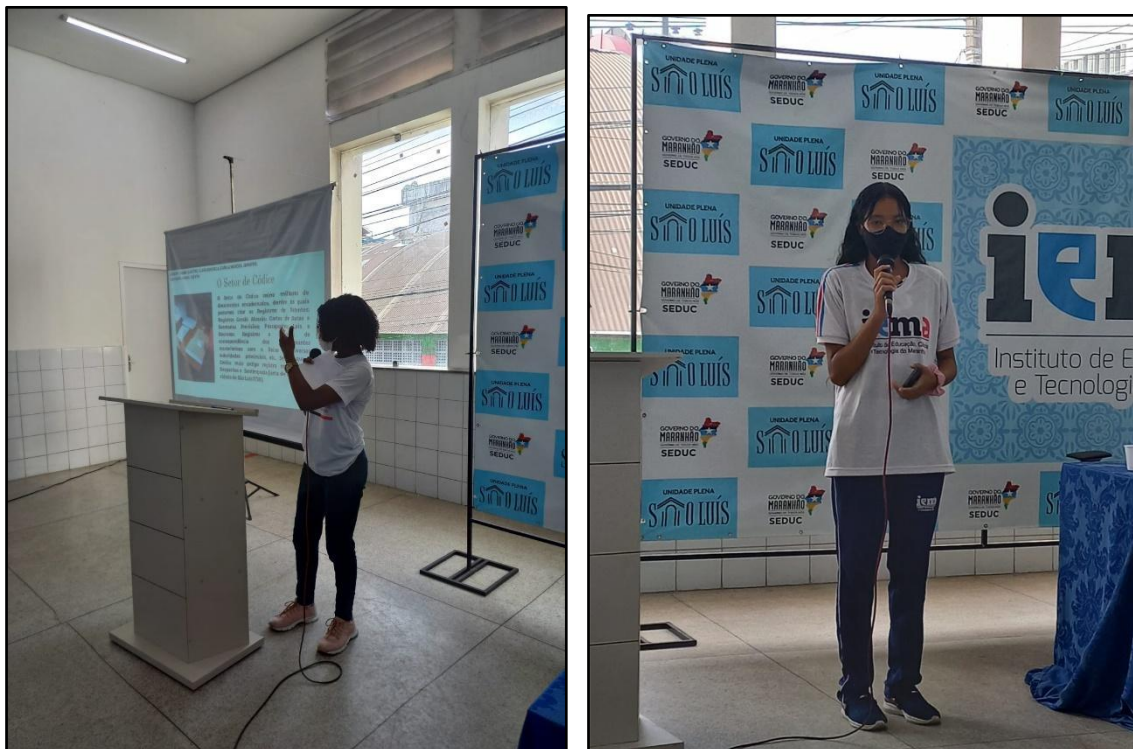
Fonte: Acervo da autora (07.06.2022)

Figura 30 – Fotos do Projeto O Arquivo Público nas escolas de Ensino Médio



Fonte: Acervo da autora

Figura 31 – Alunas da Eletiva apresentando a Cartilha Digital do Arquivo Público do Maranhão no evento



Fonte: acervo da autora

Como podemos observar, a culminância da disciplina eletiva coincidiu com a participação da escola no Projeto encetado pelo órgão. E teve seu momento de maior interação aluno/professor/escola/instituição convidada, quando da apresentação das discentes da Cartilha Digital preparada pela turma da eletiva, ocasião em que expuseram todos os ambientes visitados no Arquivo Público por meio de fotos e textos explicativos. Nesse momento, a plateia, os funcionários do arquivo e demais pessoas presentes vibraram com o desempenho dos alunos na apresentação, que demonstraram o conhecimento adquirido de parte do Patrimônio Histórico Cultural da cidade de São Luís.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido nesta pesquisa, podemos inferir que apesar das dificuldades encontradas, relativas à parca existência ou até mesmo ausência de estudos realizados na área da Educação Patrimonial voltada ao estudo do Centro Histórico de São Luís, utilizando tecnologias digitais, conseguimos reunir as principais práticas existentes nos últimos dez anos, as quais careciam de visibilidade no campo acadêmico, assim como no âmbito da educação básica.

Certa de que a temática da Educação Patrimonial associada ao uso de tecnologias na educação ainda é pouco explorada, por si só, já demonstra a relevância acadêmica do estudo em questão. O ensino de História não deve estar ancorado apenas em fontes bibliográficas, mas também ser instrumentalizado a partir do patrimônio cultural de uma sociedade. Este, por sua vez, pode ser objeto de conhecimento e aprendizagem significativos para alunos da educação básica, contribuindo sobremaneira para que o indivíduo seja capaz de se reconhecer em um ambiente sociocultural como também de se despertar para a preservação do patrimônio que conserva viva a memória e a identidade da sua comunidade, a qual está inserido.

Ao perceber o quão relevante pode ser o ensino-aprendizagem voltado para o reconhecimento, valorização e proteção do patrimônio, pensamos em como desenvolver esse processo aliado ao uso de tecnologias. Então, o presente trabalho surgiu a partir da seguinte inquietação: qual o papel das tecnologias digitais no estudo do Centro Histórico de São Luís do Maranhão?

Dessa forma, foram realizadas pesquisas em plataformas acadêmicas e entrevistas com profissionais envolvidos em trabalhos ligados ao patrimônio da cidade, que se utilizam de plataformas digitais, com o objetivo de servir de alicerce para um fazer pedagógico mais comprometido com uma aprendizagem significativa e conscientizadora da história. E, nesse sentido, deparamo-nos com o Circuito de Visita Cultural, o Projeto Semente Digital e o Curso PATnet – Educação Patrimonial online para o Centro Histórico de São Luís.

No que diz respeito à plataforma digital Circuito de Visita Cultural, o que podemos deduzir é que contribui sobremaneira para otimizar o trabalho pedagógico e logístico do professor, uma vez que disponibiliza uma lista de 21 Casas de cultura,

com resumo de informações e características de cada uma, facilitando a identificação, bem como o agendamento para a visita com uma turma de até 30 alunos. Há sete anos trabalhamos com essa ferramenta disponível, como já citado, no *site* da SECMA.

Com relação ao Projeto Semente Digital, embora não tenhamos adotado em nossa prática docente, pois somente em 2020 tomamos conhecimento desse projeto, e, como nos referimos nesta pesquisa, em 2017 encerrou seus trabalhos. Porém, desempenhou um importante papel para o conhecimento do Centro Histórico de São Luís, adotando tecnologias digitais que proporcionaram experiências lúdicas e de entretenimento aos visitantes, em especial aos estudantes do ensino básico, reunindo através de diversos experimentos tecnológicos, histórias curiosas e interessantes sobre casarões do centro histórico e contribuindo para o despertar da consciência da preservação do patrimônio cultural da cidade.

O curso PATnet, Educação Patrimonial online para o Centro Histórico de São Luís, por sua vez, é uma experiência mais recente, com a qual entramos em contato este ano, no decorrer desta pesquisa, na busca de informações de novas tecnologias digitais. E confessamos que nos despertou um notável interesse e admiração, visto que é de fácil acesso, de forma gratuita e disponibiliza conhecimento claro e objetivo do Centro Histórico de São Luís quanto aos aspectos, histórico, arqueológico, do turismo sustentável e da economia criativa, a qualquer usuário. Com certeza será uma ferramenta pedagógica que passará a constar em nossa prática docente.

Acreditamos que as referidas tecnologias são indispensáveis no trabalho docente, na medida em que oferecem alternativas de ensino mais adequadas à nova ordem que se impõe. O aluno precisa desenvolver competências que o tornem capaz de lidar, de maneira crítica, com o volume de informações que chega até ele. E os docentes, por sua vez, precisam se apropriar de novos conhecimentos e ferramentas/estratégias de ensino, que sejam capazes de tornar suas aulas mais prazerosas e proativas.

Nosso produto final, como já mencionado, é constituído de 4 *podcasts* que terão como objetivo apresentar inicialmente de forma sucinta a temática geral de nossa dissertação, seguida da explicação pormenorizada, mas também de maneira breve sobre cada uma das tecnologias digitais abordadas em nossa pesquisa.

A escolha do *podcast*, como produto, deveu-se ao fato de ser um conteúdo em áudio, disponibilizado através de um arquivo ou *streaming*, que conta com a vantagem

de ser escutado sob demanda, quando o usuário desejar. Como o público alvo central de nosso estudo é composto de professores da Educação Básica, que por sua vez, não dispõem de tempo hábil para realizar leituras densas por meios bibliográficos convencionais, devido à carga horária excessiva de aulas, percebemos quão útil e otimizadora de tempo é essa ferramenta de acesso ao conhecimento.

Só nos resta dizer que temos o sentimento de dever cumprido. Porém, também temos a convicção que esta temática não se esgota com a realização desta pesquisa, mas se comporta como um contributo inicial, devendo servir de incentivo para pesquisas e aprimoramentos futuros.

Esperamos ter contribuído para incentivar outros professores da educação básica a trabalharem com a Educação Patrimonial no Centro Histórico de São Luís, utilizando as tecnologias/ferramentas digitais.

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉS, Luís Philipe de Carvalho Castro. **Centro Histórico de São Luís-MA. Patrimônio Mundial**. São Paulo: Andichoromo, 1998.

AZEVEDO, C. B. Educação patrimonial, ação educativa em museu e ensino-aprendizagem em história. **Akrópolis**, Umuarama, v. 18, n. 4, p. 299-314, out./dez. 2010.

BARCA, Isabel. A Educação Histórica uma sociedade aberta. **Currículo sem Fronteiras**, v.7, n.1, pp.5-9, Jan/Jun 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho**: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: Iphan/Depron, 1996.

CABRAL, A.; CABRAL, E.N. Políticas de revitalização de Centros Históricos: materialidade e questões pertinentes a programas de habitação no Centro Histórico da cidade de São Luís (MA/Brasil). **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA, São Luís, 2019.

CAMPOS, Cazimiro De Sousa *et al.*. O podcast como ferramenta ao ensino: implicações e possibilidades educativas. **Anais VII CONEDU – Edição Online...** Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69108>>. Acesso em: 05/07/2022 21:45

CHAGAS, M. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. **Dossiê Educação Patrimonial**, n. 3, Iphan, jan./fev. 2006. Acesso em: 24.jun.2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2006.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. “O Paradigma Preservacionista na Berlinda: reflexões sobre política do patrimônio cultural e das memórias sociais”. **Ciências Humanas em revista/ UFMA**. Centro de Ciências Humanas, São Luís, 2003. V. 1, n. 2.

_____, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques, bairros e terreiros**: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís. 2001. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia), Pontifícia Universidade Católica–PUC, São Paulo.

COSTA, Ivina de Fátima Mota Moraes. **Gênero e violência**: uma análise da violência doméstica contra as mulheres e das Redes de Proteção Institucionais em São Luís/MA, 2021. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História – UEMA.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (org). “A proteção patrimonial do Centro Histórico”. In: _____. **São Luís: uma leitura da cidade**. Prefeitura de São Luís/ Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006, p.70-73.

FERNANDO IGANSI NUNES, J.; CHAGAS OLIVEIRA, P. Cultura Digital e as Interfaces da Memória Social: estudo sobre o compartilhamento de imagens digitais na Fanpage “Acervo Digital Bar Ocidente” no Facebook. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 11, n. 1, p. 93–107, 2016. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/107>. Acesso em: 16 maio. 2022.

FLORENCIO, Sônia. Et al. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. 2 ed. Rev. Ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2º ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FREIRE, Eugênio Pacelli. O podcast como ferramenta de educação inclusiva para deficientes visuais e auditivos. **Revista Educação Especial**, v. 24, n. 40, p. 195-206, 2011.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

FREITAS, Elaine Aires. **Interesses políticos nas cenas do Patrimônio Cultural**: o caso de São Luís “Patrimônio da Humanidade”. Monografia (Graduação em Licenciatura em História) – UEMA São Luís, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, p. 57-63, 1995. Acessado em 01.07.2022.

GUEDES, Klauténes Dellene Barros. **Políticas de Preservação do Patrimônio da Humanidade**. Recife, 2001.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. – 3. Ed. – Brasília, DF: Iphan, 2012.

LEITE FILHO, Deusdedit Carneiro. **A proteção do patrimônio cultural arquitetônico e o Governo do ,Estado do Maranhão**: a relação entre a população residente e a ação preservacionista. Deusdedit Carneiro Leite Filho, Lenir Pereira dos Santos Oliveira e Solange de Jesus Gouvêa Gomes. São Luís, 1997.

LOPES, José Antonio Viana. (Org). **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Ed. Bilingue. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. **Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Lucerna: FAPERJ, 2002.

MARTI, Frieda Maria; SANTOS, Edméa Oliveira dos. EDUCAÇÃO MUSEAL ONLINE: A EDUCAÇÃO MUSEAL NA/COM A CIBERCULTURA. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 41-66, set. 2019. ISSN 2594-9004. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/44589>>. Acesso em: 15 maio 2022.

MARTINS, Ananias Alves. **São Luís: fundamentos do patrimônio cultural – séc. XVII, XVIII e XIX – São Luís**, 1999.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Consciência e Educação Históricas. In **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. Ed. [e-book]. /Organizadores: Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira – São Leopoldo: Oikos, 2021.

MENESES, José Newton Coelho. **História&Turismo Cultural**. 1 ed. 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NETTO, Ernesto Padovani. Consciência histórica, tempo e identidades: reflexões para o ensino de história/In BUENO, André; CREMA, Everton; ESTACHESKI, Dulceli; NETO, José [org.] **Aprendizagens Históricas: ensino de história**. União da Vitória/Rio de Janeiro: LAPHIS/Edições especiais Sobre Ontens, 2018. Disponível em: www.revistasobreontens.site. Acessado em 27.06.2021

NUNES, João Fernando Igansi; OLIVEIRA, Priscila Chagas. Cultura Digital e as Interfaces da Memória Social: estudo sobre o compartilhamento de imagens digitais na Fanpage “Acervo Digital Bar Ocidente” no Facebook. **Revista Comunicação Midiática**, v. 11, n. 1, p. 93-107, 2016.

ORIÁ, Ricardo. Educação patrimonial: conhecer para preservar. **Portal Aprende Brasil**. s/d. Disponível em: <http://www.aprendebrasil.com.br/articulistas/articulista0003.asp>. Acesso em out, 2013.

RUSEN, Jorn. **Razão Histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.

_____, Jörn. **Contribuições para uma teoria da didática da história**/Organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt, Estevão de Resende Martins – Curitiba: W. A. Editores Ltda, 2016.

SANTOS et al. **Projeto Semente Digital – Relato de um experimento de educação patrimonial mediado pela tecnologia**. SINCULT. Salvador, 2015. Disponível em [Projeto-SEMENTE-DIGITAL-Relato-de-um-experimento-de-educacao-patrimonial-mediado-pela-tecnologia.pdf \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/358111111) Acesso em 24.05.2022)

SCIFONI, Simone. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In TOLENTINO, Átila (org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. **Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 02**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, pp 30-37, 2012.

_____, Simone. Patrimônio como negócio. In: CARLOS, A.F.A. et al. (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. P. 209-225.

SILVA, João Ricardo Costa. **Patrimônio Arquitetônico**: os desafios para a preservação do Centro Histórico de São Luís. São Luís, 2016.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. **Revista CPC**, n.19. São Paulo: CPC/USP, p.80–108, jun. 2015

TARDIVO, Jessica & PRATSCHKE, Anja. (2017). Educação e memória: métodos e experiências digitais. **VIRUS** 15. V1. 9.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História oral**, v. 5, 2002.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **O que não é educação patrimonial**: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático, v. 5, p. 38-48, 2016.

VAILATI, Luiz Lima. **História e Patrimônio**. CEAD – UFV, Viçosa, 2012. Apostila Curso de Licenciatura em História (Universidade Federal de Viçosa – Educação à distância)

<https://acervo.cead.ufv.br/conteudo/pdf/Apostila%20%20Hist%C3%B3ria%20e%20Patrim%C3%B4nio%20Luiz%20Lima%20Vailati%202012.pdf?dl=0> Acessada em 24.04.2022.

PERÍÓDICOS

O Estado do Maranhão, São Luís 7 de dezembro de 1997 p.8.

O Estado do Maranhão, São Luís 13 de dezembro de 1997 p.2.

APÊNDICE – O PRODUTO FINAL: Podcats – Orientações para docentes sobre como trabalhar a Educação Patrimonial no estudo do Centro Histórico de São Luís por meio de plataformas digitais.

O Produto Pedagógico apresentado para conclusão do Mestrado Profissional em Ensino de História-PROFHISTÓRIA são 04 (quatro) Podcasts intitulados “Orientações para docentes sobre como trabalhar a Educação Patrimonial no estudo do Centro Histórico de São Luís por meio de plataformas digitais”, que tem como conteúdo entrevistas/narração com estudiosos da área e depoimentos de alunos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

A educação faz parte da lista de segmentos mais impactados pelas mudanças na comunicação. Produzir conteúdo, bem como a necessidade de divulgá-lo fora dos canais tradicionais, é um desafio na condução dessa nova forma de conceber a aprendizagem. É dentro desse novo contexto que surge o *podcast* como nova ferramenta de aprendizado e, por conseguinte, de meio escolhido por esta pesquisadora para socializar com seus pares a experiência docente envolvendo a educação patrimonial.

Sobre os Podcasts, a historiadora Ivina Costa menciona em sua dissertação que são “programas de áudio que podem ser baixados da internet ou reproduzidos em serviços de streaming, podem ser distribuídos em vários episódios” (COSTA, 2021 p. 99) . Podem tratar de variados temas, como sexualidade, beleza, entretenimento, esportes até política. O mais interessante é que o podcast oportuniza uma flexibilidade ao ouvinte de horário e lugar para acessá-lo, podendo ouvir os episódios individualmente ou assinar o programa, que, geralmente, é gratuito.

O *podcast* facilita o acesso à informação bem como se torna uma ferramenta inclusiva, permitindo de forma sonora o aprendizado para ouvintes cegos, conforme defendem Campos *et al* (2020)

O *PodCast* surge como uma tecnologia alternativa com enorme potencial para ser utilizada a serviço do processo de ensino e aprendizagem. Por se tratar de arquivos de áudios, o *PodCast* também pode ser adaptado para alunos cegos, o que torna elementar o uso dessa ferramenta. Contudo, é imprescindível destacar a necessidade de dispositivos tecnológicos específicos para sua devida utilização (tocadores de mp3, smartphones, entre outros). (p.3)

Nosso intuito, ao escolher o *podcast* como recurso para mediar a elaboração do produto educacional, foi de tornar mais rápida a consulta à base de informações

contidas nos áudios explicativos, a fim de orientar de forma mais prática outros docentes da educação básica, para trabalharem com a educação patrimonial no Centro Histórico de São Luís por meio de plataformas digitais.

Os *podcasts* estão estruturados em quatro episódios, disponibilizados na plataforma de áudio aberta do mundo *SoundCloud*. O primeiro episódio contém a apresentação da temática geral da dissertação. O segundo episódio aborda a temática da Plataforma Circuito de Visita Cultural. O terceiro episódio refere-se ao Projeto Semente Digital, gravado pelo Coordenador Prof. Dr. Márcio Carneiro. E o quarto e último episódio, diz respeito ao Curso Patnet Educação Patrimonial online para o Centro Histórico de São Luís, gravado pela coordenadora e idealizadora do curso, a turismóloga Gabriela Rodrigues.

Link de acesso aos *Podcasts* Educacionais, que se encontram na plataforma online *Soundcloud*.

https://soundcloud.com/anne-cascaes/sets/educacao-patrimonial-e-ensino-de-historia?utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing

Plataforma *SoundCloud*



Episódios Podcasts



Entrar

Ouvir no app

Este podcast tem o objetivo de compartilhar experiências com plataformas digitais envolvendo o Centro Histórico de São Luís.

#pesquisa

#centrohistórico

#podcasts



#001 - Introdução ao tema

Anne Cascaes

▶ 8 · 6:03 · 1d



#002 - Experiências com plataformas digitais

Anne Cascaes

▶ 3 · 4:10 · 1d



#003 - Projeto Semente Digital

Anne Cascaes

▶ 3 · 8:33 · 1d



#004 - Projeto PatNET

Anne Cascaes

▶ 4 · 9:45 · 1d



Início



Feed



Pesquisar



Biblioteca



Download

